



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 020

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 37ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE ABRIL DE 1984

Sessão solene destinada a homenagear suas Majestades o Rei Carl XVI Gustaf e a Rainha Sílvia, da Suécia.

2 — ATA DA 38ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE ABRIL DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Secundando apelo recebido da Câmara Municipal de Jundiá, em favor de um maior amparo das autoridades federais à Faculdade de Medicina daquela comuna.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Nomeação do Dr. Roberto Gusmão para a Chefia do Gabinete Civil do Estado de São Paulo.

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Colocações sobre a postulação do Sr. Salim Maluf à sucessão do Presidente Figueiredo.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Considerações sobre a manifestação popular realizada dia 21 de março próximo passado, no Rio de Janeiro, em favor das eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — 40º Encontro da Indústria da Construção Civil, realizado nesta Capital

DEPUTADO NELSON WEDEKIN — Considerações sobre solicitação da TV Globo, feita ao Presidente do Congresso Nacional, relativamente à autorização para transmissão da sessão conjunta de 25 do corrente, quando será apreciada proposta de emenda à Constituição que trata do restabelecimento de eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO ORESTES MUNIZ — Notícia veiculada em órgão da Imprensa, referente a empréstimo de cinquenta milhões de dólares a ser feito pelo Brasil à Argentina.

DEPUTADO SÉRGIO LOMBA — Audiência negada ao Deputado Mário Juruna pelo Presidente da FUNAI

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Comprometimento do problema nordestino, face a diminuição do montante das aplicações de órgãos governamentais destinadas àquela região

DEPUTADO RAIMUNDO ASFORA — Promessa feita pelo Ministro Mário Andreazza, relativamente à criação de Diretorias do DNOCS no Estado da Paraíba.

DEPUTADO SIEGFRIED HEUSER — Dificuldade porque passa a economia do Estado do Rio Grande do Sul, notadamente do seu sistema de cooperativismo.

DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO — Apreciação sobre o documentário cinematográfico intitulado "JANGO", a propósito da participação do Sr. Leonel Brizola na vida política do Sr. João Goulart.

DEPUTADO IRMA PASSONI, como Líder do PT — Documento intitulado "A Estrutura Agrária e a Violência no Campo", lançado hoje, em Brasília, por ocasião da abertura da Campanha da Reforma Agrária, desenvolvida por entidades classistas rurais.

2.2.2 — Comunicação da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados

De substituições de membros em comissões mistas.

2.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.2.4 — Questão de Ordem

Suscitada pelo Sr. Hélio Manhães e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

2.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 37ª Sessão Conjunta, em 3 de abril de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla.

ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José

Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Roberto Campos — José Fragelli — Affonso Camargo — Jai-

son Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluísio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Amazonas

Arlindo Porto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcellio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro

Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna —

PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Airlido Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darclio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Car-

los Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Fi-

gueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephânes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Mathêus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratin de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Declaro aberta a sessão destinada a recepcionar S. Majestade, o Rei Carlos Gustavo, e a Rainha Sílvia, da Suécia.

Convido S. Ex^a, o Sr. Ministro Cordeiro Guerra, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a integrar a Mesa. (Palmas.)

(O Sr. Ministro Dirige-se à Mesa, indo ocupar o lugar a S. Ex^a reservado)

Encontra-se no edifício do Congresso Nacional S. Majestade, o Rei da Suécia, e a Rainha Sílvia. Para introduzi-los neste plenário, designo Comissão constituída pelos Líderes dos partidos políticos representados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores das duas Casas do Congresso Nacional. (Pausa.)

(Acompanhados da Comissão designada, dão entrada no plenário o Rei Carl XVI Gustaf e a Rainha Sílvia, ocupando, na Mesa, os lugares a Suas Majestades reservados. (Palmas.)

(São executados, nas galerias, os hinos nacionais da Suécia e do Brasil) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Roberto Campos que, em nome do Senado Federal, saudará nossos ilustres visitantes.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Srs. Embaixadores, Srs. Ministros de Estado, Sr. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Oficiais-Generais, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Governador do Distrito Federal, Sr. Arcebispo de Brasília, Sua Majestade Carlos XVI Gustaf, esta solenidade tem grande significado para o Congresso Nacional. Pois o Brasil está numa fase de consolidação democrática, o que torna mais que nunca oportuno lembrarmos a história, e aprendermos as lições de um povo que, após um passado militar glorioso, se entregou às fainas da paz, ao cultivo do bem-estar e à criação de uma sociedade política exemplar.

A Suécia é hoje uma nação que muitos admiram, ninguém rejeita e todos respeitam.

São quatro as lições da experiência sueca, que a tornam uma nação capaz de atingir, pelo exemplo, uma influência que outras nações não atingem, pelo poder:

- A vocação pacifista;
- A solidez democrática;
- A preocupação do bem-estar;
- A excelência tecnológica.

Seu pacifismo se traduziu num prudente neutralismo face ao jogo mundial do poder, que a tornou uma grande mediadora de conflitos, sem entretanto transformar-se em indiferença ética, pois seu sistema de valores se insere nitidamente na grande tradição do liberalismo político do Ocidente.

Sua modelar preocupação previdenciária e assistencial é invejada por muitos países. Argüirão alguns que a preocupação do governo em tornar o homem feliz acaba tornando a felicidade monótona, ao eliminar a excitação do risco e do desafio. Argüirão outros que a pesada carga fiscal inerente ao Estado-Providenciário acaba o espírito animal do empresário e a criatividade do indivíduo. Seriam esses os "castigos do sucesso". Mas a Suécia parece ter conseguido alcançar um "sucesso sem castigo".

Que dizer da influência cultural sueca no Brasil? Durante a juventude, nos meus exercícios literários, fugazes aliás, para geral felicidade, Strindberg era leitura de cabecera. E todos nós somos gratos a Linnaeus, não apenas por ser o pai da botânica, mas sobretudo por ter tido o bom gosto de implantar a nomenclatura latina, bem mais próxima de nós, e menos esotérica que a verbiagem helênica que Hipócrates criou e o grande Galeno disseminou.

Os economistas de minha geração se abeberaram nas lições de Cassell sobretudo do grande Wicksell em teoria monetária; de Hecksher, o clássico estudioso do mercantilismo, livro cada vez mais oportuno agora que há uma ressurreição neomercantilista; de Bertil-Ohlin, o modernizador da teoria do comércio internacional; de Myrdal, o verdadeiro economista político cuja visão ecumênica, abrangeu a teoria monetária, a sócio-política dos conflitos raciais e a sociologia do desenvolvimento. Com os dois últimos, Bertil-Ohlin e Myrdal, tive a honra de privar, nunca cessando de admirar a facilidade com que transitavam da serenidade das cátedras acadêmicas para as lides da arena política.

Visitei a Suécia várias vezes, a última a convite do velho capitão de indústria e patriarca de um grande império industrial — Marcus Wallenberg. Infelizmente, todas as minhas visitas coincidiram com épocas de inverno na Suécia e crise econômica no Brasil.

Na última, disse, Wallenberg: “— a economia brasileira é como o clima sueco; o inverno é longo, mas vale a pena esperar o verão”.

É costume dizer-se que São Paulo é a terceira cidade industrial da Suécia, depois de Estocolmo e Gotenburgo. E a Suécia está entre os mais importantes investidores no Brasil. Dentre uma centena de empresas, Ericsson, ASEA, Eletroluz, Scania-Vabis, Volvo, Atlas-Copco tornaram-se nomes familiares e são parcela tradicional e vital de nossa paisagem industrial.

Tive ocasião de, entre dezenas de convidados, conhecer Vossa Majestade, quando ainda príncipe herdeiro, num banquete no castelo da vetusta cidade de Kalmar. A ocasião era a inauguração de uma fábrica de automóveis Volvo, baseada num conceito original: unidades autônomas e auto-suficientes de fabricação, em vez das tradicionais linhas de montagem, cuja despersonalização e monotonia provocavam fadiga psicológica do operário e alto grau de absenteísmo. Sabia-se que as fábricas de novo estilo custariam 10 a 20% a mais, mas esperava-se que produtividade fosse 30% maior do que nas usinas convencionais.

Não acompanhei, majestade, ao longo, dos anos, os resultados da experiência — que hoje teria de ser melhor repensada com o surgimento dos robôs infatigáveis — mas lembro-me de que Umberto Agnelli, da Fiat, um dos convidados mais versados na indústria automobilística, sussurrou-me dúvidas de que a solução pudesse ser aplicada em nossos países latinos, dado que — dizia ele — “o problema dos latinos não era precisamente a monotonia da disciplina e sim o disciplinamento da confusão”.

Já mencionei, Majestade, as lições gerais que a experiência sueca pode dar ao mundo. Mas há duas, em particular, que gostaria de sublinhar, como sobremodo relevante para nosso País. Uma é a tradição dos “Ombudsmen”, os grandes fiscais nomeados pelo Parlamento, que há quase dois séculos conseguiram firmar um admirável modelo de Autoridade sem Poder. Os “Ombudsmen” garantem uma avaliação crítica e constante da eficiência não só do Executivo mas também do Judiciário, e não apenas em suas grandes decisões mas no cotidiano sofrido do cidadão. É uma admirável resposta à pergunta bíblica — “Quis custodiet ipsos custodes?” — quem guardará os guardas, e quem julgará os juizes? E agora ouço dizer que, independentemente do Riksdag, há o “Ombudsman” do consumidor, o “Ombudsman”, da “Igualdade das Oportunidades” e o “Ombudsman” da “Imprensa para o público geral”, temas certamente relevantes na vida diária do brasileiro.

A segunda lição relevante, majestade, é que a Suécia se diz um país “Socialista”, quando as empresas estatais representam apenas 6% do PNB, e 90% das indústrias permanecem em mãos privadas. No Brasil, nós nos dizemos “capitalistas” e o Estado capta 70% da poupança, responde por 60% dos investimentos e gasta 40% do PIB. Em nosso subconsciente parece sonharmos o sonho impossível de um capitalismo sem lucro, um socialismo sem disciplina e investimentos estrangeiros sem investidores...

É tempo, talvez, de aprendermos a experiência sueca de que é melhor socializar a produção do que socializar o produtor; e de que, afinal de contas, pouco importa a cor da vaca quando se pode socializar o leite.

Seja Vossa Majestade bem-vinda a este Congresso e a este País, por tríplice razão:

— pela afeição que nos merece o povo sueco;

— pela contribuição que deu a Suécia à nossa paisagem cultural e industrial;

— e, com ênfase especial, por ter trazido de volta a este País, ainda que em breve visita, a formosa Rainha

Silvia. Pois somos também o País da Rainha, nascida de mãe brasileira e que aqui viveu sua adolescência, motivo pelo qual não a consideramos apenas uma distante e formosa soberana, e sim parcela amiga de nossa própria gente. (Palmas)

Seja bem-vindo o Rei Carlos XVI Gustavo.

Seja bem-vinda a Rainha Silvia (Palmas Prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Israel Dias-Novaes, que falará pela Câmara dos Deputados.

O SR. ISRAEL DIAS-NOVAES (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Srs. Embaixadores, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Meus Senhores, Minhas Senhoras, Vossa Majestade, Rei Carlos XVI Gustavo, da Suécia; Vossa Majestade, Silvia, Rainha da Suécia, singular país esse, que soberanamente representais sem no entanto dirigir. Sois o símbolo da milenária terra dos Vikings, a tão diferenciada Suécia, a mais extensa componente da Escandinávia e o quarto país da Europa em superfície. Encarnais a estabilidade nacional; sois, seguramente, o retrato de uma sociedade que se encontrou a si mesma, a ponto de construir a Nação que mais alto estágio de civilização alcançou no nosso tempo.

Recordo o país sueco, nas suas peculiaridades inconfundíveis, e que conosco contrasta como nenhum outro. Os seus 450 mil quilômetros quadrados, povoam-nos escassos 8 milhões de habitantes, desigualmente distribuídos: 90% na metade Sul do país. Com baixo índice de natalidade, a expectativa de vida surpreende, sobretudo a nós, testemunhas de existências breves, taladas pelo desconforto e a fome: 73 anos vivem em média os homens, enquanto as mulheres suecas, de celebrada formosura, beiram os oitenta. Em média!

Na região setentrional, longos e cruéis invernos são compensados pela permanência ininterrupta do sol durante todos os dias de junho a julho; é o sol da meia-noite. A relativa temperança climática do Sul explica-se pelos ventos do Ocidente e a Corrente do Golfo, portadora de água quente das Antilhas. Daí o cultivo da lavoura e das florestas até mesmo nas regiões gélidas. Outra característica: no seu perfil alongado, não mais que dez por cento prestam-se aos cereais, enquanto metade do território recobre-se de coníferas e bétulas, e matas, que o povo respeita e alimenta, não fosse ela por excelência a pátria da ecologia. Ao Norte, ermo e gelado, pastoreiam rebanhos de renas os lapões, rarefeita raça cujos valores culturais a Suécia timbra em preservar. As florestas, as planícies, os rios, os lagos aos milhares, as ilhas, os minérios do setentrião assinalam o mundo sueco. Aos últimos deve ela por certo a potencialidade do seu progresso: o ferro, o urânio, a prata. A carência de petróleo e carvão impôs ao país uma política compensatória, de inquestionável êxito.

Referimo-nos, Majestades, ao caráter simbólico da presença real. Na verdade, integra o rei o quadro da franca e livre democracia nacional. Não dispõe de autoridade política, como é alheio ao mundo partidário. Representando a Nação, é o Chefe de Estado: cumpre os deveres cerimoniais e surge como representante oficial do país. Anualmente, em outubro, instala a Sessão anual do Parlamento. A escolha do Primeiro-Ministro foi transferida, por emenda constitucional, ao Presidente do Parlamento. O poder político, assim, é desempenhado pelo Gabinete e pelo partido que o detém. Monarquia constitucional, obedece exclusivamente aos princípios da soberania popular, da democracia representativa e do parlamentarismo unicameral. O Parlamento, eleito pelo povo, constitui o alicerce do exercício democrático do poder, através do Gabinete. Como é próprio do Parlamentarismo, revezam-se no mando os partidos ou as coalisões. Obviamente, a liberdade de organização é ab-

soluta. Nas eleições de 1982, a coalisão não-socialista foi substituída por um governo social-democrata minoritário, ainda na chefia do Governo.

Pátria das liberdades públicas, vem a Suécia se constituindo, não raro, no derradeiro refúgio dos acossados políticos de outras plagas. (Palmas.) Gente nossa, mesmo, em diferentes oportunidades, após ser sucessivamente banida de países onde a liberdade perdia espaço, acabou em estocolmo, onde nada se lhe perguntou e a acolhida foi generosa e aberta. Recorde-se igualmente que o respeito ao bem-estar de cada um abrange pormenores como o das franquias de trânsito ou estada de lazer por todo o território: a propriedade particular da área não impede o trânsito ou o seu uso temporário por quantos disso necessitem. Trata-se do livre acesso à natureza, ou *Allemansrátt*, decorrente do amor generalizado pela vida ao ar livre. O ir-e-vir abrange, aliás, toda a Escandinávia: os naturais dos países que a integram prescindem de qualquer formalidade para cruzá-los ou mesmo neles trabalhar.

Pois, assim escassa populacionalmente, soube a Suécia impor-se ao mundo pela qualidade, a categoria, o espírito cultural. Do seu esforço material recebemos ecos positivos, de muito significado no nosso atormentado progresso. Aí estão as indústrias extremamente diversificadas e de perfeita integração na angustiada saga brasileira. No capítulo propriamente cultural, conquistou a Suécia posição vanguardista, como no cinema, no teatro, na literatura... Formam à frente da sensibilidade do mundo Ingmar Bergman, Liv Ullmann, Bibi Anderson, além das eternas Greta Garbo e Ingrid Bergmann; resplende no teatro o complexo talento de Strindberg; Selma Lagerlof reflete a milenária, a mítica, a mágica paisagem humana e física de um país que ela primou em descrever; na ciência, retém-se, entre muitas outras, a memória de Clarence Clafoord, inventor da cirurgia torácica da moléstia azul; nos esportes...

Atento a esse fervor cultural, um homem prodigioso, de nome Alfred Nobel, decidiu incumbir seu país do agradecimento do mundo a quantos, em qualquer lugar, houvessem contribuído para a melhoria da sorte dos homens, do seu destino. O inventor da dinamite erigiu assim a Suécia como o centro da consagração cultural: o prêmio Nobel, atribuído anualmente sob intensa expectativa mundial.

Pois é o símbolo desse país e dessa cultura que o Congresso Brasileiro recebe nesta cálida manhã de Brasília.

Se o Rei reina, mas não governa, nem por isso, desde a adolescência, deixou ele de cumprir o currículo de uma esmerada educação para o príncipe. Teve formação de estadista. Herdeiro do avô, Gustavo VI Adolfo desde tenra idade, ao trono ascendeu plenamente habilitado para tal. Após acurada formação humanística, cursou a Universidade de Upsala, dedicando-se a História, Sociologia, Ciências Políticas, Legislação Financeira e Economia. Seguiu-se um período em que o príncipe cumpriria o que se poderia chamar de itinerário prático: frequentou as agências centrais, os escritórios e fábricas, em especial as firmas de silvicultura e de máquinas. Percorreu e repercorreu o território nacional; conheceu na intimidade as instituições públicas e privadas, as organizações de trabalho, a Igreja. O período imediatamente anterior à investidura real foi ocupado pelo estudo do Governo central, dos Ministérios e do Parlamento. No Ministério das Relações Exteriores, demorou-se mais alongadamente, participando de cursos de treinamento de diplomatas, sem prejuízo do aprofundamento em Economia, efetuado na Universidade de Estocolmo. A representação sueca às Nações Unidas teve-o a seguir no seu elenco. Da ONU demandou Londres, para intenso estudo da estrutura sócio-econômica britânica.

Ascendendo ao trono, aos 27 anos, escolheu Carlos Gustavo o lema “Com a Suécia nos tempos modernos”, forma de apelo para a compreensão mútua e desenvolvimento, em benefício do País.

Menos de três anos depois, a 19 de junho de 1976, casava-se o jovem monarca, na catedral de Estocolmo. Com quem?

Com alguém que, com esse passo, ingressava na História da grande Nação escandinava. Uma jovem alemã, natural de Heidelberg, mas de questionável aparência germânica. Morena, sua origem latina assinalava-se de pronto. No fundo, alguém de proveniência sul-americana ou, mais especificamente, brasileira. Brasileira pela mãe, esta, como aqui se diz, de quatro costados. Vale lembrar esta curiosa imposição de um destino. Como chegou o príncipe à jovem Sílvia Alice? Em que circunstâncias ocorreu o encontro entre aquela que alguns jornalistas apressados e tendidos ao pitoresco insistiam em chamar da Cinderela?

Os Toledo, idos de Porto Feliz e Tietê, no começo do século, para São Manoel (então "do Paraíso"), na Média Sorocabana, em São Paulo, têm raízes aurais em Piratininga. Descendem daquele Simão de Toledo Piza, surgido no Planalto em meados do século XVII, e integrante do numeroso grupo a que o padre Vieira chamava de "os castelhanos de São Paulo". Ao longo do tempo, ganharam posição política e social. Dois Joaquins Florianos de Toledo salientaram-se na terra: o primeiro, valido de Pedro I e sempre à tona da vida paulista, e o segundo, convencional republicano em Itu e Senador da República. Em companhia dos filhos, um do mesmo nome, nos anos dez, saiu para a então desconhecida região são-manuelense para abrir fazenda e instalar lavoura. A terra, roxa, encaroçada prestava-se para o café, e Quinzinho Floriano de pronto se firmou pelo trabalho e a probidade. Seu irmão Artur, propenso ao comércio, na praça nascente estabeleceu-se com a Casa Toledo, logo a mais reputada da região. Consorciado com Elisa Novaes Soares, viu nascerem em São Manoel os oito filhos, o quarto dos quais receberia o nome de Alice. Em razão de enfermidade da esposa, levou-a Artur, em 1925, ao Rio, em companhia de todos os filhos. Lá, a filha Alice, em reunião social, conheceu o industrial alemão Walter Sommerlath, ali fixado com representação de firmas germânicas. Casaram-se e logo se transferiram para São Paulo, onde Sommerlath dirigiu a firma sueca Uddeholm e onde nasceram os filhos Ralph e Walter Júnior. Ao cabo de doze anos — em 1937 — demandaram a Alemanha, onde teriam os restantes filhos, Jorge e Sílvia Alice. Retornaram ao Brasil em 47, em São Paulo morando até 59. Nesses doze anos, passaram os filhos parte da infância e da adolescência. Sílvia, menina, cursou o Ginásio Porto Seguro.

De regresso à Alemanha, Sílvia Alice Toledo Sommerlath graduou-se na Universidade de Dusseldorf, cursou a Escola de Interpretes de Munique e diplomou-se em Espanhol. Nomeada assistente-chefe do protocolo do Comitê de Organização para os Jogos Olímpicos de Inverno de Innsbruck, em 76, ali seria apresentada ao jovem príncipe herdeiro da Suécia, dedicado esportista.

Este roteiro, falho por certo, restabelece as linhas gerais do singularíssimo destino da culta e formosa moça brasileira e do príncipe herdeiro do mais civilizado reino da terra. A moça, provinda remotamente das terras de São Manoel, soube conduzir-se à altura: ama-a o povo, do seu novo país, por bem conhecê-la, na sua simplicidade, na sua nobilíssima condição humana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: perdoem-me a extensão desse relato e o amudamento das considerações, de resto plenamente justificáveis. Recebemos nesta Casa, por excelência a Casa do Povo Brasileiro, um casal que ostenta, ao lado da realeza mais legítima, uma lição de democracia e liberdade que a todos aproveita. Vem a Suécia de longe, e a grandeza de seu espírito pode ser deduzida do seu comportamento internacional: a Suécia rejeita alianças na paz que possam significar compromissos de guerra. Um país sobranceiro, superior aos posicionamentos ideológicos e aos imediatismos políticos. Um país conhecedor do novo nome da paz, que é a Justiça.

Visitando-nos, seu Rei, que já esteve entre nós há seis anos, há de deixar aqui a marca perene de uma presença tranqüila, porque lúcida, consciente e esperançosa. Inestimável contribuição para o achamento de caminhos de parte de uma jovem nação convulsa, perplexa ante os óbices que as circunstâncias vêm opondo à sua jornada histórica. Examinemos de perto, ao vivo, o que significam democracia e liberdade, na figura deste jovem Rei que as encarna, símbolo que é de uma pátria por todos os títulos exemplar. (Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O nobre Deputado Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados, procederá à leitura da Resolução da Ordem do Congresso Nacional.

É lida a seguinte

ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL ATO DE NOMEAÇÃO Nº 2, DE 1984

De acordo com o Art. 1º do Regimento Interno da Ordem do Congresso Nacional, criada pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23 de novembro de 1972, é nomeado Membro da Ordem e agraciado com o Grande Colar, Sua Majestade, o Rei da Suécia, CARL XVI GUSTAF.

Brasília, 3 de abril de 1984. — Senador **Moacyr Dalla** — Grão-Mestre — Deputado **Flávio Marcílio**, Chanceler.

(O Sr. Presidente Moacyr Dalla procede à condecoração de Sua Majestade, o Rei Carl XVI Gustaf) (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Cabe-me a honra de conceder a palavra a Sua Majestade, o Rei Carl XVI Gustaf.

O REI CARL XVI GUSTAF — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Congressistas, estas calorosas e lisonjeiras palavras de boas-vindas significam para mim a expressão de amizade existente entre o Brasil e a Suécia. Nossos países têm muitos interesses em comum, apesar da grande distância geográfica.

Uma visita oficial não é somente um encontro entre Chefes de Estado e membros de Governos. Representa um encontro entre dois povos. Por isso aprecio especialmente este contato com os representantes eleitos pelo povo brasileiro. O trabalho de V. Exs é de grande importância. O funcionamento de um Parlamento é condição primordial para a democracia. Parlamentares suecos visitaram esta Casa há alguns anos. Regressaram à Suécia entusiasmados com a acolhida que lhes foi dispensada e com todas as experiências vividas neste grande país de variada natureza e condições de vida.

Os laços entre o Brasil e o Norte da Europa foram estabelecidos bem cedo. Sabemos com certeza que um oficial sueco serviu aqui durante muitos anos, no século XVI, e que outros vieram para cá antes da chegada de Dom João VI, no começo do século XVIII, quando o Brasil abriu seus portos para o estrangeiro.

Um Encarregado de Negócios sueco foi nomeado, em 1825, já três anos após a Independência. Uma empresa comercial sueca aqui se estabeleceu, e o comércio desenvolveu-se rapidamente. Segundo estatísticas, o Brasil, nos fins da década de 1820, era um dos mais importantes parceiros comerciais da Suécia. Comprávamos, entre outros artigos, fumo, peles e açúcar, e vendíamos madeira e ferro.

Isso iniciou uma cooperação proveitosa em vários campos. Milhares de suecos vieram para este país no final do século XIX. A Suécia era ainda um país pequeno e pouco desenvolvido que, com o seu clima inóspito, não conseguia alimentar toda a sua população.

Se, mais tarde, conseguimos desenvolver nossa economia e aumentar nossa atual situação de bem-estar, isto se deve, em muito, às invenções suecas e ao progresso tecnológico. Um aspecto importante de nossas relações internacionais é o de espalhar esses conhecimentos em proveito mútuo. Ao lado de nossos amigos brasileiros, as empresas suecas participaram deste importante desenvolvimento da indústria do Brasil.

É para nós motivo de grande alegria visitarmos oficialmente este país e, por intermédio do Congresso Nacional, dizer ao povo brasileiro do grande interesse que os suecos sentem pelo Brasil. As economias de nossos dois países completam-se. Desenvolveu-se nossa colaboração na Organização das Nações Unidas e em outros órgãos multilaterais, e um número cada vez maior de turistas suecos vem para cá. Esses são alguns exemplos de uma relação que tem todas as probabilidades de aprofundar-se ainda mais.

Por último, em nome da Rainha e em meu próprio, desejo, mais uma vez, agradecer calorosamente pela muito amável acolhida que nos foi dispensada por este Congresso. Lembrar-nos-emos deste dia por muito tempo. Obrigado. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — São de excepcional significado os trabalhos do Congresso Nacional brasileiro, neste dia em que se reúne, em sessão solene, para expressar os mais profundos sentimentos e a hospitalidade da nossa gente, ao receber o insigne representante de um país amigo, ao qual estamos ligados por sólidos laços de intercâmbio.

Recebemos hoje, entre nós, o estadista que reina sobre a monarquia mais democrática do mundo. O monarca de um país cuja sociedade é devota dos mais elevados princípios de respeito aos direitos da pessoa humana.

O Congresso Nacional recebe Sua Majestade, o Rei Carlos XVI Gustavo e, na homenagem que presta ao ilustre visitante, o agracia com o Grande Colar da Ordem do Congresso Nacional, o mais elevado grau na hierarquia desta Parlamento. Portanto, o maior destaque e a maior distinção com que poderíamos condecorar tão ilustre personalidade.

Os oradores que, da tribuna do Congresso Nacional, ressaltaram as virtudes deste povo nórdico, as características do sistema cultural e econômico desse maravilhoso país da Escandinávia, conclamam, incontestavelmente, que a cooperação e a concórdia têm superado, nesta monarquia, as naturais divergências intrínsecas ao desenvolver de sua história.

Estes oradores traduziram, com fidelidade, a nossa concepção, os nossos sentimentos e o nosso apreço pelo país de Vossa Majestade, que o mundo inteiro admira pelos traços marcantes de sua cultura e de suas conquistas nos campos científico, social e político.

Embora sejamos dois países extremamente distintos, um polar e o outro tropical; dois temperamentos diferentes, até mesmo pela origem mais remota de nossas respectivas raças e cultura; dois países tendentes ao isolamento que a própria geografia impõe, temos profundos laços de aproximação e entendimento, ligados que estamos na atividade econômica e nas aspirações sociais de valores consagrados em qualquer sociedade que se preocupe com a felicidade do ser humano.

Quando na Europa ocorria o vendaval napoleônico, no início do século dezenove, a família real portuguesa veio para o Brasil, trazendo sob sua proteção o embaixador sueco, que entre nós ficou algum tempo, contribuindo para o estreitamento de nossas relações.

Ao tempo da Independência, nossa Imperatriz era irmã da rainha sueca, e hoje, uma brasileira adotiva, nascida na Alemanha, mas tida por nós, também, como brasileira de coração, é a admirável Rainha Sílvia da Suécia, que muito nos honra com esta visita tão preciosa.

Sabemos que, na Suécia, antes do descobrimento oficial da América, já funcionava o Parlamento como expressão da vontade e das aspirações populares.

Desde 1814, seu povo não mais se envolveu em guerras. Assim, este país admirável dá ao mundo inteiro o edificante exemplo de quanto se pode construir num ambiente em que predomine a pacificação dos ânimos e o sentimento do trabalho voltado para o bem comum.

De país pobre há poucas décadas, transformou-se na grande potência industrial da atualidade, uma das mais altas e bem distribuídas renda *per-capita* do mundo. A Suécia é, sem dúvida, o melhor exemplo de como uma nação capitalista, e altamente industrializada, que defende obstinadamente os princípios da livre iniciativa e do livre comércio, consegue conciliar tão elevado nível de influência da sociedade sobre a economia e um processo tão desenvolvido de justa divisão dos frutos do progresso.

A recente decisão do governo sueco de destinar um percentual do seu produto interno bruto para o desenvolvimento internacional, e tomar a iniciativa de anistiar a dívida dos países pobres, segundo gestão da ONU, foi aplaudida no mundo inteiro.

O povo brasileiro, animado do mais puro sentimento de hospitalidade e de apreço para com a nação amiga, recebe a visita de Vossa Magestade e da Rainha Sílvia, esperando que este acontecimento alvissareiro venha a fortalecer, cada vez mais, a amizade há muito existente entre nossos dois países, tão afastados nas distâncias intercontinentais, mas tão próximos nas aspirações de paz, solidariedade e humanismo.

Deus guarde Vossas Magestades. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência agradece a presença das autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas, convidando-as para um coquetel no Salão Nobre do Senado Federal, onde Suas Magestades, o Rei Carl XVI Gustaf e a Rainha Sílvia receberão os cumprimentos.

Solicito à Comissão que introduziu nossos homenageados neste plenário que acompanhe Suas Magestades até aquele local.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 40 minutos.)

Ata da 38ª Sessão Conjunta em 3 de abril de 1984

2ª sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Roberto Campos — José Fragelli — Affonso Camargo — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres —

PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Vale — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leonidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Fued Dili — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Chaidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo —

PDS; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Osvaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Renato Johnson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rosseti —

PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratiní de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 55 Srs. Senadores e 462 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, todo e qualquer homem público, sobretudo se no exercício de um mandato político, seja ele administrativo ou legislativo, tem o dever de manter eternamente acesa a luta em prol do desenvolvimento do ensino. Vou mais longe: nenhum cidadão consciente de seus deveres para com a sociedade que integra pode abster-se de participar de todas as campanhas que visem ao fortalecimento do ensino, em todos os seus níveis.

E é por pensar assim que venho a esta tribuna secundar um apelo formulado à Câmara de Vereadores do Município de Jundiá e por ela aprovado com o voto unânime de seus integrantes.

O digno Vereador José Rivelli, preocupado com as graves crises que têm assolado a Faculdade de Medicina de Jundiá, propôs a seus pares que a edilidade tomasse a iniciativa de dirigir-se às autoridades — as estaduais e as federais — no sentido de criar-se um movimento comum capaz de preservar — preservar e fazer crescer — aquele Instituto de ensino, de tão altos serviços já prestados à mocidade estudiosa, no Município, a São Paulo e ao Brasil.

Tomo conhecimento da iniciativa pela via de um ofício pessoal, que me endereçou o ilustre Prefeito de Jundiá — Sr. André Benassi — e no qual aquele digno administrador se solidariza com a resolução da Câmara Municipal.

Para os que conhecemos bem a florescente cidade de Jundiá e sabemos dos inestimáveis serviços que já prestou e pode prestar sua Faculdade de Medicina, dói acompanhar a situação em que hoje se encontra. Mantida, até aqui, com os recursos dos cofres municipais e com as anuidades que pagam os seus alunos, vê-se aquela Faculdade, agora, sobrecarregada de dificuldades, pois o erário municipal, em que pese sua melhor boa vontade, "não apresenta mais condições financeiras para arcar com os urgentes gastos necessários para equipá-la devidamente, para administrá-la e manter um grau de ensino compatível com sua longa tradição educativa".

E, friso, junto com a Faculdade de Medicina, existe o hospital-escola, que não apenas serve para ajudar na formação prática dos futuros médicos, como, e ainda, representa um auxílio de inestimável valia para a população carente, que ali encontra tratamento.

Que pretendem os Vereadores e o Prefeito de Jundiá?

Tão-somente o justo, o correto: aquela providência que, socorrendo um instituto de valia, ponha fim às angústias que o município está vivendo e permita que a mocidade continue a desfrutar de um excelente centro de formação profissional.

A solução natural — natural e justa — será a federalização da Faculdade de Medicina de Jundiaí, pois assim todos os problemas terão solução, podendo ela servir ao bem comum.

Daí por que, Sr. Presidente, venho a este apelo, que dirijo à Ministra Esther Ferraz, em particular, e ao Governo do meu País, como um todo, no sentido de que se federalize a Faculdade de Medicina de Jundiaí, prestando, com isso, grande serviço a São Paulo e ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, cusei a entender as mudanças havidas no Governo de São Paulo, nesta última reforma do Governo. Inclusive, revoltou-me a forma como foi substituído o Secretário Eugênio Montoro, para mim homem de rara inteligência e personalidade, que ocupava o cargo, e, por ser filho do Governador — e só por ser filho — sofreu grande desgaste. Fiquei revoltado, naquela oportunidade, com a forma humilhante como foi tratado o Dr. Eugênio Montoro.

Porém, passados alguns dias, posso entender que aquela reforma era mais que necessária, pois o homem colocado no cargo, um tanto desconhecido pela bancada do PMDB de São Paulo, Dr. Roberto Gusmão, dá mostras não somente de ser um grande administrador, porém de inteligente e capaz articulador político.

Sinto uma melhora acentuada na imagem do Governador Franco Montoro, que agora fica mais livre para desenvolver um trabalho mais eficiente.

Sinto-me à vontade para dizer isso, porque não conhecia bem o Dr. Roberto Gusmão e hoje já o conheço bem e tenho não somente a esperança, mas até a certeza de que a mudança foi de extraordinária valia para todo o Governo e o Partido.

O Dr. Roberto Gusmão é um homem sereno, sincero, capaz, duro, decisivo, e, sem dúvida, está no lugar certo.

É o homem que exigíamos fosse colocado no Governo, pois tem capacidade de decisão, o que não acontecia antes.

Vivíamos à semelhança de cegos em tiroteio. Procurávamos a todos, e nada se resolvia. Hoje, a coisa é bem mais séria.

Quero parabenizar ao Governador Franco Montoro pela inteligente escolha. Quero parabenizar ao Dr. Roberto Gusmão pelo trabalho eficiente que desempenha à frente do Gabinete Civil do Palácio Bandeirantes.

Minha palavra final é esta: siga em frente, companheiro Gusmão, pois o Governo de São Paulo precisa de homens assim. E nós, políticos, precisamos do apoio político de um homem de sua estirpe.

O PMDB de São Paulo não merece o que procuraram fazer com ele.

Há quantos companheiros de partidos marginalizados, e tanta coisa errada! Porém, contamos com seu decidido apoio e coragem para decidirmos tantos anseios do povo de São Paulo.

“Arriba, arriba” companheiro e amigo Gusmão, e conte com meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, *O Estado de S. Paulo* de domingo dia 25 de março faz um vasto comentário a respeito da passeata

realizada no Rio de Janeiro, na quarta-feira passada, dia 21. Segundo o *Estado*, a manifestação popular não foi só contra o sistema, mas também contra o atual Governador. Diz a reportagem:

“Não apenas o sistema, mas também Brizola foram os grandes derrotados pela multidão que participou, na tarde da última quarta-feira, no Rio, da concentração em favor das eleições diretas no País.

A manifestação, que reuniu milhares de pessoas, traduziu-se numa passeata, que começou na Praça da Candelária e caminhou pela Avenida Rio Branco, até o obelisco, no local onde outrora existia o Palácio Monroe, então sede do Senado Federal. O papel desempenhado pelo PDT, partido do Socialismo Moreno, foi dos mais pobres na manifestação. Pois foi o próprio Brizola quem cuidou de esvaziar aquele ato público, fazendo publicar nos jornais e ler nas emissoras de rádio, várias vezes ao dia, uma estranha “nota oficial”, na qual afirmava não apenas que o verdadeiro “Grande comício do povo do Rio de Janeiro pela causa das eleições diretas” seria no próximo dia 10 de abril, como demonstrava sua viva preocupação com a “ordem pública e as garantias pessoais” na Capital: não faltou sequer, na referida nota, certo toque do estilo literário castrense, num trecho em que Brizola diz que o povo reclama eleições diretas, “por todos os quadrantes da Pátria”.

Da redação teria tomado prévio conhecimento o Serviço Nacional de Informações e outros órgãos de segurança, o que serviu, asseguram alguns, para atenuar um pouco a sabida antipatia do Planalto pelo Governador do Rio. Os mesmos observadores chegam a insistir na opinião de que Brizola pode a qualquer momento voltar ao convívio do Presidente João Figueiredo, em benefício de quem, aliás, já propôs um mandato-tampão de dois anos e também a prorrogação pura e simples do mandato, por quatro, quando então seriam restabelecidas novamente as eleições diretas.”

Aliás Sr. Presidente, logo após a sua posse como Governador do nosso Estado, S. Ex.^a continuou o namoro, embora à distância, mas com um grande desejo de casamento com o Palácio do Planalto. Talvez o azar dele tenha sido o seu acodamento em procurar entregar-se tão rápido aos braços de Brasília — esquecendo ele que os de lá já o conheciam, desde priscas épocas. Conheciam bem como foi a criação do Grupo dos Onze, do comício da Central do Brasil, em que foi queimada a bandeira brasileira, o seu programa na Rádio Mairynk Veiga, etc, etc. Quando os poderosos de Brasília se deram conta do engano em que estavam sendo envolvidos, trataram imediatamente de lembrar ao chefe o erro que estava sendo cometido.

Nos últimos sessenta dias, antes das eleições de novembro de 1982, corria pela boca do povo de que o Governo Central estava ajudando a campanha de Brizola, por trás do biombo, pois era o único que poderia — junto ao eleitorado oposicionista do Rio — tirar os votos do PMDB. O resultado foi o que vimos — confirmado o adágio popular: “A voz do povo é a voz de Deus”. O Governo combateu tanto o nosso Partido no Rio e, quando abriu os olhos, quinze dias antes das eleições, nada mais poderia fazer — Brizola seria o novo Governador. Foi um corre-corre danado monta-se esquema na PROCONSULT, tenta-se fraudar os resultados das urnas mas já era tarde; a diferença seria grande, e não dava mais para o PDS.

Porém, Srs. Deputados e Senadores, o início do namoro já havia sido antes das eleições — após, era só o eleito propor uma prorrogação de mandato ou fazer, antes do PTB, o acordo, e, tudo hoje estaria em paz entre Brasília e Rio de Janeiro. Só que o eleitorado do Rio é muito independente e gosta de votar na Oposição, e quem for oposição nas próximas eleições, contra o Governo Cen-

tral e o Estadual, será o dono do Palácio Guanabara.

Esta é a lição que podemos tirar das manifestações do dia 21: Brizola não está mais na cabeça, a não ser dos camarões.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem a palavra o nobre Deputado José Carlos Texeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEXEIRA (PMDB — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, realizou-se nesta semana, em Brasília, o 40º Encontro da Indústria da Construção Civil. Neste momento em que a Nação toda está a assistir ao drama do desemprego, da construção e da comercialização da casa própria, dos conjuntos habitacionais, em que o povo não tem condições de atender aos aumentos constantes de suas prestações, esse Encontro teve uma importância extraordinária, porque, de uma vez por todas, ficou rigorosamente concretizado que ou se faz a mudança do modelo econômico que aí está, ou não se viabiliza esse segmento da mais alta importância na economia, com grandes reflexos no campo social.

Portanto, Sr. Presidente, é com prazer que incorporo ao meu pronunciamento a conclamação ao compromisso, feita pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil e também o pronunciamento que fez, na abertura do evento o Engenheiro Manoel Augusto de Almeida, Presidente do Sindicato da Construção Civil de Brasília, documentos que terão, nos Anais do Congresso, papel importante, para que os gestores da política econômico-financeira, interpretando-os e examinando-os, possam, efetivamente, atender aos reclamos que as lideranças desse segmento importante da economia brasileira apresentam mais uma vez, alertando a todos os dirigentes do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem a palavra o nobre Deputado Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a TV Globo, nem tanto por apreço pela grande causa popular e democrática que é a campanha das diretas, como pelos índices de audiência prováveis, solicitou à Mesa do Congresso autorização para transmitir a sessão do próximo dia 25, quando será votada a emenda Dante de Oliveira, que restabelece as eleições diretas para Presidência da República.

Independentemente das intenções da TV Globo, entretanto, sempre será positiva a transmissão de uma sessão que se prenuncia histórica. A TV Globo, de qualquer forma, estará prestando um relevante serviço a toda opinião pública: estamos diante do mais amplo e abrangente movimento de massas, do mais universal e generalizado sentimento de toda a sociedade, que certamente quererá saber quem, neste Congresso, está com a vontade popular e quem está contra.

Mas o surpreendente, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é que os malufistas lotados nesta Casa, estão, segundo as notícias da imprensa, pressionando o Presidente, Senador Moacyr Dalla, para que não conceda a autorização.

Isto é, quando afinal a TV Globo se dispõe a acompanhar a vontade da Nação, o que não é comum, surge a contrafação malufista para desestimular a boa iniciativa.

A articulação malufista neste Congresso, na verdade, quer a eleição pelo Colégio Eleitoral que a sociedade rejeita, mas não quer se expor.

É que a transmissão ao vivo vai mostrar — porque o voto é nominal — quem é quem, sem possibilidades de disfarces ou escamoteamentos, ao vivo e via satélite para todo o Brasil. Uma parcela substantiva do eleitorado vai saber na hora mesma da votação, como votou seu Deputado, seu Senador.

Ficam, portanto, todos os Parlamentares pró-indiretas em posição absolutamente incômodas diante da mostra

instantânea da televisão. Incômoda, porque ninguém ignora a vontade nacional pró-diretas; incômoda, porque ninguém defende com convicção o Colégio Eleitoral, eivado de vícios, e que não expressa o resultado das eleições de 1982, quando o PMDB e as Oposições fizeram mais votos que o PDS, incômoda, porque já em 1986 se realizarão novas eleições.

Estamos, pois, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, diante de um fato insólito. Parlamentares desta Casa se sentem constrangidos e envergonhados em manifestar sua opinião, pelo voto no Congresso Nacional, contra a emenda Dante de Oliveira.

Neste momento, transparece uma das mais graves contradições em que um Parlamentar pode incorrer, que é o de se manifestar contra a vontade da Nação. São momentos como esse que põem toda uma instituição sob a suspeita da Nação, e que permitem juízos negativos de toda a classe política.

Fica incompreensível para o povo que o Congresso Nacional se oponha, contrariando-o, a um sentimento unânime e uniforme em todo o País, uma manifestação ruidosa, translúcida, inquestionável.

O Parlamento deveria ser a Casa de ressonância da vontade nacional, e seus membros não poderiam ter o direito de negá-la, porque, desse modo, negam também a própria essência e razão de ser.

Quero dizer claramente, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que, diante da inequívoca manifestação da vontade nacional, a eventual rejeição da emenda das diretas, a 25 de abril, será mais um poderoso fator de descrédito desta instituição. Não apenas se atropelará o sentimento do povo, como se contribuirá — talvez como nunca na História deste País — para a desmoralização desse poder. Aqui, não somos representantes da nossa própria vontade e dos nossos próprios interesses; aqui somos procuradores, por tempo determinado, da vontade da Nação.

Os malufistas e os indiretistas, quando pretendem esconder seu voto, têm a clara intuição dessas verdades elementares, mas querem agir e votar em consonância com os próprios interesses, não com os do povo. Querem todas as vantagens de um voto pessoal, à revelia da Nação, mas buscam o disfarce do anonimato, não têm coragem de enfrentar a opinião pública, atenta e participante, porque sabem que receberão o troco nas próximas eleições.

Não há, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nenhuma justificativa para se impedir a TV Globo, ou qualquer outra, de transmitir a sessão do dia 25. Ao contrário. Esta Casa não pode, como instituição, ter nada a esconder. Se alguns dos seus membros querem esconder seus votos, que não o façam através da Instituição, que esta deve ser sempre preservada.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Orestes Muniz.

O SR. ORESTES MUNIZ (PMDB — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, foi com grande preocupação que tomei conhecimento de que o Brasil emprestou à Argentina 50 milhões de dólares das suas reservas depositadas no estrangeiro. A preocupação aumenta ainda, Sr. Presidente, quando leio nos jornais de hoje que tal empréstimo foi efetuado, tal dinheiro foi transferido para a conta da Argentina sem que pelos menos, o Brasil tenha feito um compromisso, sequer assinado um memorando de intenções com o país vizinho, a Nação inteira tomou conhecimento, recentemente também, de que o Brasil fez negócios comerciais com a Polônia, sendo as promissórias relativas à dívida daquele país para com o Brasil incobráveis. Agora, mais uma vez, tomamos conhecimento desse empréstimo do Brasil à Argentina sem assinatura de qualquer documento, sem qualquer compromisso da Argentina, sem a discussão dos encargos sociais, dos juros etc.

Sr. Presidente, quando se exigem do Governo verbas para aplicar no setor social, em saneamento e outras coisas, alega o Poder Executivo que há falta de dinheiro; mas, quando o Fundo Monetário Internacional pede ao Governo brasileiro que empreste dinheiro a outro país, de repente aparecem nos cofres do nosso País 50 milhões de dólares. Quando se empresta dinheiro aos nossos irmãos brasileiros, quando o Banco do Brasil libera verbas para os agricultores brasileiros, estes têm de socorrer-se de muitas certidões, cadastros, papéis. Mas, quando a exigência é do FMI, não se exige burocracia alguma, papel algum. Tudo deve reinar cordialmente entre o Brasil e a Argentina, essa cordialidade não pode nem deve fazer com que se tomem decisões de afogadilho, decisões/sem compromissos maiores, a fim de que não ocorra o mesmo que ocorreu com a Polônia, isto é, que o Brasil, hoje, tenha promissórias, as chamadas “polonetas”, e não as possa cobrar. Nós nem promissórias temos da Argentina. Eu indagaria mais ainda: quem avalizou esse empréstimo? Não existe aval algum. Quem garantiu esse empréstimo à Argentina? Não existe garantia alguma.

Por isso, Sr. Presidente, amanhã, na sessão da Câmara dos Deputados, estarei apresentando um requerimento, para solicitar ao Poder Executivo que, através dos seus órgãos — do Ministério da Fazenda — seja dado conhecimento à Nação brasileira de mais esse ato, praticado pelo setor da economia brasileira sem as garantias necessárias, a fim de que o Brasil possa ressarcir-se da importância emprestada à nossa vizinha Argentina.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Lomba.

O SR. SÉRGIO LOMBA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, todos nós conhecemos bem as seqüelas e as mazelas deste sistema que, durante vinte anos, infelicita a vida em nosso País.

O Poder Legislativo, evidentemente, não poderia ficar de fora do massacre de todas as instituições brasileiras; não poderia ser exceção: muito pelo contrário foi duramente atingido, foi terrivelmente aviltado nos seus direitos e nas suas prerrogativas.

Todos sabemos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, das dificuldades que cada um de nós tem para chegar a esta Casa de representantes do povo, ou ao Senado.

Lembro-me, Sr. Presidente, que estive na Bahia há 25 anos, como pesquisador de opinião pública. Naquela ocasião, em função daquele grande mandato à frente da Prefeitura de Jequié, a liderança de V. Ex^a começava a aparecer. Foram longos 25 anos para que V. Ex^a estivesse presidindo uma sessão do Congresso Nacional. Quantas lutas V. Ex^a há de ter enfrentado, quanto debate popular, quanto conhecimento do povo traz V. Ex^a a esta Casa, como traz cada um de nós, quando aqui chegamos.

Sr. Presidente, toda esta luta, todas essas dificuldades que temos enfrentado para aqui representar o povo são simplesmente esmagadas pelo sistema vigente em nosso País. Hoje, assistimos, Sr. Presidente, a um dos maiores pronunciamentos feitos nesta legislatura, nesta Casa: o do doce Cacique, Deputado Mário Juruna. E às tantas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ficamos estarelecidos de saber que, em função da crise que a FUNAI criou com os índios tucumarrães, lá do Alto Xingu, o Deputado Mário Juruna, que chegou a esta Casa com muito mais dificuldade que qualquer um de nós, como representante do povo do Estado do Rio de Janeiro, foi procurar o Sr. Otávio Ferreira Lima, que nada conhece de povo, nunca passou pelo teste de uma eleição, qualquer que seja, um tecnocrata qualquer, colocado na FUNAI, e simplesmente não foi recebido por este Senhor. Ele não foi pedir favor, Sr. Presidente; foi tentar uma solução para o problema criado pela própria FUNAI. E temos assistido à desavergonhada presença desse Sr. Otávio

Ferreira Lima na televisão, debochado, dizendo que não vai ao Xingu conversar com os índios para resolver este problema, de sua responsabilidade, como Presidente da FUNAI. Não recebe um Deputado eleito pelo voto popular, passado pelo teste das urnas, com compromisso com o povo. Assim agindo, ele não desrespeitou somente ao Deputado Mário Juruna, mas a todo o Poder Legislativo, Sr. Presidente. Eu já estava esperando, de há muito, a demissão deste Senhor. Não é mais possível que o presidenteável Mário Andreazza, que quer o compromisso dos Deputados do PDS para chegar a Presidente desta Nação — não acredito que chegue, mas está lutando para isso — não demita este Senhor, que desrespeitou também esta Casa e não apenas o Deputado Mário Juruna. Quem é o Sr. Otávio Ferreira Lima? O que ele conhece de povo? Nada, Sr. Presidente, não conhece nada de povo. Está sentado lá na FUNAI, como Presidente, como se fosse o rei, o dono deste País, numa atitude debochada, como temos visto pela televisão. Só resta ao Ministro Mário Andreazza demitir esse Senhor, para devolver um pouco de respeito à sua candidatura, respeito que ele deve não somente aos Deputados do PDS, como aos Deputados de toda esta Casa e a todos os congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, se existe uma questão objeto de tanta discussão, tantos estudos, análises, diagnósticos, e subordinada a tanta exploração planfletária, político-eleitorária promocional, é, sem sombra de dúvidas, a questão nordestina. E ela se torna passível dessa exploração na proporção em que os nordestinos, que secularmente vinham morrendo à prestação, passam, como ocorreu no ano passado, a morrer à vista.

Mas, com as festas natalinas, o recesso do Congresso e as primeiras chuvas, a questão entrou num compasso de espera, reassumiu a sua posição de terceira prioridade e, efetivamente, esfriou de vez. As chuvas esfriaram a consciência moral do País, retiraram a responsabilidade política e social dos Congressistas e afastaram a sensibilidade diante do drama da fome, do desespero e do desencanto de uma população de 36 milhões de pessoas.

Na verdade, continuamos com os programas destinados a alterar a base estrutural da região nordestina, programas esvaziados, descoordenados e sem qualquer apoio objetivo. Os órgãos de desenvolvimento regional, como o DNOCS, apresentam um orçamento que, em termos reais, representa hoje 30% do seu orçamento de 74. O orçamento do FINOR é apenas 60% do orçamento de 1979. E o Banco do Nordeste ampliou substancialmente a sua participação nos negócios regionais, ampliação que se deu muito menos por uma expansão acelerada de seus recursos e muito mais por um afastamento do Banco do Brasil das suas responsabilidades maiores. Haja vista que, hoje, o Banco do Brasil aplica 1/8 do que aplica o Banco do Nordeste em custeio agrícola, o que significa dizer que o Banco do Nordeste hoje está aplicando quatro vezes mais que o Banco do Brasil, enquanto que, em 1978, este aplicava quatro vezes mais que o Banco do Nordeste. Hoje, o Banco do Brasil, que em 1978 tinha 18% de seus recursos totais aplicados no Nordeste, tem apenas 10,5%. E V. Ex^a conhece muito bem o que ocorreu com o episódio recente do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Sabe muito bem o que representa esse programa “Nordestão”, programa menos legítimo e menos representativo, porque nem V. Ex^a nem os Governadores nem os Deputados foram ouvidos. Mas todos conhecem este novo monstro que não tem um recurso sequer, um centavo alocado ao próprio programa, que já deveria estar em execução ainda este ano. E V. Ex^a vê ainda duas coisas muito graves ocorrerem agora: primeiro, a desativação do programa de emergên-

cia, definida pela própria SUDENE, dentro da perspectiva de que, mesmo com as safras agrícolas não realizadas, as populações teriam a possibilidade de sobreviver: comendo o que, é que efetivamente ninguém saberia explicar.

Por outro lado, as aplicações do Governo na área social nunca obedeceram àquele critério maior, que seria o inversamente proporcional à renda *per capita* e diretamente proporcional à qualidade inferior, por exemplo, à qualidade dos indicadores sociais vários do País.

Portanto, Sr. Presidente, é urgente e fundamental rever a estratégia de ação para a região Nordeste. Na verdade, infelizmente, a estratégia hoje posta em prática apenas reproduz um modelo que torna ainda mais violento o processo de aviltamento e desrespeito à dignidade humana.

Faríamos uma sugestão a todos os partidos no sentido de que levantemos todas as propostas que estão em curso aqui dentro, no sentido de restaurar o prestígio da própria SUDENE, de regionalizar os orçamentos da União e estabelecer o critério de aplicação dos recursos sociais da administração direta e indireta, segundo o tamanho da população, a qualidade dos indicadores sociais e inversamente proporcional à renda *per capita*. Há a não aceitação do próprio programa "Nordestão", como ele está colocado, sem que passe pelo crivo do próprio Congresso Nacional. E de forma imediata, Sr. Presidente, eu colocaria quatro proposições que o Presidente Figueiredo e os responsáveis pelo seu Governo poderiam levar em conta nesta decisão: há uma proposta no Congresso Nacional de redistribuição do excesso de arrecadação, que este ano deverá ocorrer, da ordem de 47% do previsto, ou seja cerca de 10 trilhões de cruzeiros. Que na distribuição desse excesso de arrecadação o Governo pudesse, primeiro, manter os programas de emergência até que as populações tivessem os meios para sua sobrevivência, ou seja, safra realizada e já iniciada a sua comercialização. Portanto, a não desativação desses programas de emergência. Segundo, repor a posição do Banco do Brasil na região Nordeste, fazendo com que ele volte a aplicar ali pelo menos 18% do total de recursos a nível nacional. Refazer o orçamento do FINOR, garantindo a característica de um orçamento real; do "Nordestão", garantindo os recursos para o início do seu programa, e do DNOCS, para que toda a proposta de revisão estrutural, no que diz respeito à irrigação, tanto privada como pública, possa ser fundamentada em recursos objetivos, reais e existentes. Talvez apenas com a utilização de recursos do excesso de arrecadação fosse possível atender aos interesses maiores e mais urgentes da região.

Concluindo, como agora mesmo foi possível ao próprio Ministro Delfim Netto alocar, se não me engano, cerca de 500 bilhões de cruzeiros para a região nordestina, através do Ministro Mário Andreazza, para distribuir em programas de saneamento a nível de Prefeituras e de Municípios, espero que o bom Deus ilumine a consciência e a responsabilidade do Ministro Mário Andreazza para que não utilize esses recursos como mecanismos de aliciamento político e não transforme os recursos que são próprios, que foram subtraídos de Prefeitos e de Governadores, num instrumento de aliciamento adicional de votos no Colégio Eleitoral, na Convenção do PDS, para seus objetivos de candidato a Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raymundo Asfora.

O SR. RAYMUNDO ASFORA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, assunto talvez seja muito miúdo para ser trazido à solenidade da tribuna do Congresso Nacional, mas é significativo como ilustração da moralidade pública neste País. Passo a relatá-lo em síntese, para, talvez, algum espanto desta Casa.

Por alguns anos, Sr. Presidente, o Sr. Ministro Mário Andreazza andou pela Paraíba e, na ocasião, celebrou

com o Governo e com o povo o compromisso de serem criadas, duas Diretorias do DNOCS naquele Estado, uma na Capital, João Pessoa, e outra em Campina Grande. Houve discursos, foguetório e aclamação geral. No mês de novembro de 1983, formulei pedido de informação ao Ministério do Interior sobre a implantação das Diretorias. Ontem, recebíamos esclarecimentos de que em 1980 fora criada apenas uma Diretoria do DNOCS em João Pessoa, cuja implantação estava em suspenso até que houvesse recursos necessários à concretização da iniciativa.

Em suma, Sr. Presidente, enganaram Campina Grande; a palavra oficial do Sr. Ministro Mário Andreazza foi levada pelo vento — a dele e a de seu avalista público, o ex-Governador Tarcísio Buriti. A nossa cidade, hoje, com justa indignação, pede que eu reclame de S. Ex^a, o Sr. Ministro, o cumprimento da sua palavra. E é este Sr. Ministro que deseja ser Presidente da República, ele que, em praça pública, na minha cidade, disse que quer, na sua administração, toda a verdade! É o caso de se dizer, Sr. Presidente, que certas pessoas procuram a verdade sem saber que correm o risco de encontrá-la.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Siegfried Heuser.

O SR. SIEGFRIED HEUSER (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, meu Estado está sendo sensivelmente penalizado por crer na atual política econômica deste País, por ter acreditado no seu modelo exportador. O sistema cooperativista é responsável pela imensa maioria dos produtos de exportação e, graças a ele, o País economiza bilhões de dólares na importação de produtos da economia primária. Pois meu Estado está vivendo momentos de angústia, de perplexidade, e a isso foi conduzido por uma política de insegurança, por uma política inteiramente voltada contra os interesses mais legítimos da Nação brasileira.

Refiro-me, Sr. Presidente, aos terríveis problemas que vive esse sistema no Estado do Rio Grande do Sul, traduzidos nas dificuldades que suas entidades maiores, a Central Sul e a FECOTRIGO, atravessam neste instante. Se o motivo é de júbilo para os detratores do cooperativismo, para aqueles que, denominados de atravessadores, colhem, em verdade, os melhores resultados da produção agrícola do meu Estado, se para esses a situação difícil que atravessa o cooperativismo é motivo de satisfação, não acontece o mesmo com uma enorme expressão da coletividade rio-grandense. Se a Central Sul hoje cerrasse suas portas, se ela fosse objeto de uma liquidação, o desemprego atingiria imediatamente, de modo direto, a nível de Central Sul e de cooperativas — mais de 2 mil pessoas. Indiretamente, cerca de 40 cooperativas, que devem à Central Sul 142 bilhões de cruzeiros, seriam objeto também de liquidação, atingindo mais de 15 mil empregos. Vale dizer, Sr. Presidente, que 100 mil famílias estariam despojadas dos meios para a satisfação de suas necessidades mais imediatas. E o mais grave, Sr. Presidente, é que esta liquidação arrastaria ainda quatro bancos regionais, quatro bancos do Estado do Rio Grande do Sul.

Pois bem, Sr. Presidente, se houve erros, se houve equívocos, se houve desvios, se houve má fé, ou se houve boa fé, em tomando a Central Sul e a FECOTRIGO dólares e mais dólares, quase que coagidas pelo Banco do Brasil e pelo Banco Central, que queriam o ingresso do capital estrangeiro, para melhor equilíbrio do seu balanço de pagamentos, se houve tudo isso, Sr. Presidente, a verdade é que, ao lado desses males, ao lado dessa verdadeira calamidade pública que pesa sobre os órgãos, entidade e pessoas atingidas, por outro lado, comanda a Central Sul o sistema cooperativista do Estado do Rio Grande do Sul, maior produtor de soja, de lã e de trigo da Nação brasileira. A extinção dessa entidade vai ferir fundo e, talvez, irremediavelmente, os resultados da

nossa balança comercial, vale dizer, do nosso balanço de pagamentos, onde se pretende um superávit de 9 milhões de cruzeiros, quantia que sequer dá para pagar os 14 bilhões de juros, não se falando em serviços, fretes, royalties, dividendos e lucros.

O poder Central estaria destruindo a sua galinha de ovos de ouro, com a qual conta para enfrentar as suas dificuldades a nível internacional.

Então, Sr. Presidente, a bancada do PMDB nesta Casa, reunida com a presidência da Central Sul, da FECOTRIGO e com mais quinze cooperativas, apela ao Ministro da área econômica no sentido de que elucide todos os fatos ocorridos na administração anterior e responsabilize todos aqueles que tenham praticado irregularidades; e, segundo, que propugne, por todos os meios ao seu alcance, a recuperação do sistema cooperativista do Rio Grande do Sul, vale dizer, o sustento de mais de quinze mil famílias, diretamente, e a estabilidade de quatro bancos regionais do Estado.

Sr. Presidente, pela carência de tempo, peço que V. Ex^a dê como lido o final do meu pronunciamento, constante de manifesto que fiz à bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

"A Bancada Federal do PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, abaixo firmada, reuniu-se com a Presidência e a Comissão Representativa das Cooperativas associadas da Fecotrig, para examinar detalhes do grave problema da Central Sul.

Na oportunidade, como resultado do estudo a que se procedeu, dos documentos apresentados pela direção da Central Sul e do debate havido entre a bancada e aquela Comissão, ressaltou o acerto da postura e das proposições daquela direção que podem assim ser resumidas:

1 — Elucidação de todos os fatos ocorridos na administração anterior e responsabilização de todos quantos procederam irregularmente.

2 — E, simultaneamente, a recuperação da empresa, para evitar consequências desastrosas à economia gaúcha e aos produtores riograndenses que resultariam de sua liquidação.

Conclui: a Bancada que se faz urgente a adoção de medidas que possibilitem o atendimento da vultosa dívida da empresa, em prazos compatíveis com a continuidade — plena de suas atividades.

Em defendendo, assim os mais legítimos interesses da economia sul-rio-grandense e sobretudo, sua máscula presença no esforço nacional, concitamos as áreas governamentais envolvidas, particularmente os Ministérios da Justiça, Agricultura e Fazenda, da SEPLAN e do Banco Central, a, com urgência, acionarem todos os meios ao seu alcance para que sejam atingidos os elevados objetivos enunciados nos itens 1 e 2 acima.

Brasília, abril de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos ouvindo, lendo e assistindo comentários sobre o documentário "Jango", de Sílvio Tendler, extraordinário produtor cinematográfico. E o interessante é que assistimos a um personagem da política brasileira, o grande responsável pela desgraça, pelo exílio, pelo sofrimento, pela solidão e pela morte prematura de João Goulart, vir — e trata-se de um político carismático, simpático, perigoso — dizer que até que enfim o Brasil fez justiça. Como o Sr. Leonel Brizola, Governador do Rio de Janeiro, tem o cinismo, a desfaçatez de vir, através da televisão, invadir as nossas casas para falar qualquer coisa sobre João Goulart?

Saiba V. Ex^a, Sr. Presidente, saibam, Srs. Congressistas, que, quatro meses após o exílio, João Goulart rom-

peu definitivamente seus vínculos de amizade com o Sr. Leonel Brizola, porque somente quatro meses depois percebeu a armadilha em que havia caído, levando o País a uma situação delicada, a uma situação de desgraça, à violência, que poderia ter sido muito maior. Houvêssimos tido, naquela oportunidade, lideranças perigosas e corajosas, milhares e milhares de pessoas teriam sido mortas pela irresponsabilidade de que, lamentavelmente, somente há algum tempo tomei conhecimento. Então, estarreço-me ver entrar em minha casa o Sr. Leonel Brizola, Governador do Rio de Janeiro, dizendo que até que enfim se fez justiça ao Sr. João Goulart. Ele não tem esse direito, porque ele foi a grande desgraça desse homem que poderia ter conduzido o Brasil por caminhos maravilhosos, porque era um homem equilibrado, porque era um homem sensato, porque era um homem sensível e de coração e alma limpos. Este homem poderia ter conduzido o Brasil, realmente, por caminhos maravilhosos. Mas, lamentavelmente, seguiu conselhos não muito positivos e brilhantes de um político matreiro, malicioso, covarde até, sorri e morde! E este homem levou João Goulart à desgraça, levou este País à desgraça.

Tomara que não tenhamos a infelicidade, tomara que nós não tenhamos o desprazer de ver novamente este País entrar por qualquer caminho de desgraça através de um político carismático, com sorriso de anjo, mas com a alma do demônio.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Junior) — Tem a palavra a nobre Deputada Irma Passoni.

O A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, infelizmente, esta Casa hoje deixou de ouvir as declarações dos trabalhadores rurais do Brasil inteiro, porque o Senador Presidente desta Casa proibiu que houvesse a colocação da real situação rural brasileira neste Congresso. Lamentando, porque o Senador Moacyr Dalla deve lembrar o quanto foi importante a atitude do Senador Nilo Coelho, que nós deixou marcas profundas — este Congresso pertence ao povo, como também o nosso mandato. Será que vamos ter, agora de mostrar o que poderia ser — e tomara que não seja — um governo malufista ou andreezista, onde se fecha o Congresso daqui para fora, e não de fora para dentro? Porque, para mim, esta política é de fechamento da nossa voz e do poder deste Congresso. E nós não admitimos que o Sr. Presidente desta Casa, Senador Moacyr Dalla, faça isso por iniciativa do Congresso.

Quero deixar aqui registrado o documento que foi encaminhado hoje, no lançamento da Campanha da Reforma Agrária que se deu na CONTAG, às quatro horas, e que infelizmente — volto a dizer — precisou ser transferido desta Casa para a CONTAG.

“A ESTRUTURA AGRÁRIA E A VIOLÊNCIA NO CAMPO

Estamos assistindo, nos últimos anos, a uma escalada de violências contra trabalhadores rurais sem precedentes em nossa História.

As tentativas de despejo, a destruição de lavouas, a queima de casas, a apreensão de produtos do trabalho dos camponeses, as ofensas morais, as ameaças à vida, os espancamentos, as torturas, as prisões, os assassinatos de trabalhadores rurais sempre acompanharam o latifúndio. Mas o que vemos, hoje, é um crescimento geométrico dessas violências, que assumem características novas e que, mais do que nunca, martirizam os trabalhadores rurais, desorganizam suas famílias e configuram um verdadeiro genocídio, que cumpre denunciar.

Junto com o crescimento dos conflitos em torno da terra e dos conflitos trabalhistas no campo, crescem as violências contra os trabalhadores. Em 1981, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais denunciou 26 casos de violência e, em 1982, 41. Em

1983, eles subiram para 137. Os assassinatos de dirigentes sindicais, assessores e trabalhadores em luta pelos seus direitos, que foram 10 em 1980, 15 em 1981, 16 em 1982, foram 45 em 1983, dos quais 17 só no Estado da Bahia.

Nos três primeiros meses de 1984, já tivemos mais assassinatos do que durante todo o ano em 1980, 1981 e 1982. Entre janeiro e março do ano em curso, foram assassinados, no Brasil, 16 trabalhadores rurais e líderes sindicais. Só o Estado do Maranhão conheceu 10 assassinatos. No Estado de Alagoas, no mesmo período, 02 dirigentes sindicais perderam a vida e um terceiro permanece hospitalizado, vítima de atentado a bala. É uma estatística macabra: em 1983, cerca de 1 caso de violência a cada 3 dias; 04 assassinatos por mês; em 1984, 1 caso de violência a cada 3 dias; 05 assassinatos por mês. É possível suportar tamanha violência? O que aconteceria neste País se a cada 3 dias um grande fazendeiro sofresse um atentado, ou se 05 industriais fossem assassinados a cada mês?

Essa escalada da violência no campo não é casual. A violência cresce junto com a concentração da propriedade da terra, que atingiu índices extremos nos últimos 20 anos. Nesse período, não apenas os trabalhadores que não tinham terra continuaram sem acesso à terras, mas os trabalhadores rurais pequenos proprietários foram sendo imprensados pelo latifúndio, sendo obrigado a abandonar a terra ou a sobreviver em condições muito mais precárias. Entre 1950 e 1980, os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares aumentaram em número de 710.934 para 3.025.372 (passaram de 34% a 50% do total de estabelecimentos) e diminuíram em área, caindo sua área média de 04 para 03 hectares. Enquanto isso, os estabelecimentos com mais de 10 mil hectares aumentaram em número e área. Em 1950 eram 1.611, que controlavam 45.000.000 de hectares; em 1980, passaram para 2.410 e a controlar quase 64.000.000 de hectares.

Os despejos de posseiros, parceiros, arrendatários e assalariados permanentes, por seu lado, fizeram com que os assalariados temporários, os “bóias-frias”, praticamente duplicassem seu número, passando, segundo os dados do INCRA, de 3 milhões e 900 mil, em 1967, para 6 milhões e 800 mil, em 1972.

Hoje, não se trata apenas das dificuldades de acesso à terra em função de uma distribuição historicamente desigual da propriedade e do zelo dos latifundiários para com a integridade de propriedades que, mesmo improdutivas, consideram “suas” por tradição.

Hoje, têm os trabalhadores que enfrentar toda uma política agrária cuja tônica tem sido a separação do trabalhador da terra, através da penalização do minifúndio e do apoio, quase sem limites, à grande propriedade. A intervenção governamental no campo cresceu nesses 20 anos, não no sentido de atender às necessidades das “legiões de assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes e posseiros que não vislumbram, nas condições atualmente vigentes no meio rural, qualquer perspectiva de se tornarem proprietários da terra que cultivam”, de que falava a Mensagem 33, mas sim no de favorecer a grande propriedade, através de isenções e subsídios, de suporte financeiro a projetos anti-sociais ou, mais diretamente, de grandes obras públicas que se tornam, elas próprias, motivos de desassossego para a população trabalhadora rural.

O documento é muito extenso. Sr. Presidente, mas considero essencial que seja transcrito totalmente nos Anais do Congresso Nacional, assim como a lista de pessoas por pessoas assassinadas, com data, local, região de cada Estado. Lamento que esta Casa não o tenha recebi-

do. Estou oficialmente ao lado da luta pela Reforma Agrária. Será que este Congresso oficialmente apoia a concentração das terras nas mãos da Volkswagen, e da Ford, etc, como a dispensa que lhes é concedida do pagamento de ICM? Elas já têm a concentração das indústrias nas mãos e agora concentram a terra. A concentração da terra por parte dessas multinacionais é criminosa, é antipatriótica e causa destruição dos trabalhadores brasileiros.

Deixo aqui o meu registro e solicito que seja transcrito integralmente este documento que CONTAG, IBASE, CIME, CPT e outras entidades divulgaram no lançamento da Campanha da Reforma Agrária hoje à tarde, em Brasília.

A verdade é que um dos esteios do chamado “modelo econômico” implantado no País depois de 1964 e, sobretudo, depois de 1968, quando começou a crescer a dívida externa tem sido a grande propriedade, territorial voltada para a exportação. A grande propriedade que já se sabia um aliado precioso do autoritarismo político, mostrou-se um suporte econômico fundamental à implantação de uma política econômica — elaborada sem qualquer participação dos trabalhadores — de favorecimento irrestrito ao grande caos.

Entre 1960 e 1980 nada menos que 120 milhões de hectares foram incorporados à produção agropecuária do País. Essa área seria suficiente para assentar 4 milhões de famílias em lotes de 30 hectares. Entretanto, desses 120 milhões, nada menos que 100 milhões foram se somar às terras fartas dos latifúndios.

Ao longo desses 20 anos, não se preocupou o Governo em redistribuir a terra e a renda. Sua preocupação tem sido no sentido de assegurar, ao mesmo tempo que acumula divisas para fazer face ao endividamento externo, um novo campo de aplicação aos capitais dos grandes grupos econômicos, em sua maioria, multinacionais. A pretexto de modernizar a agricultura para que se torne competitiva no mercado internacional, abre espaço para a tecnologia produzida por esses grupos, ao mesmo tempo que garante, com a valorização da terra e com o crédito subsidiado, novas possibilidades de especulação para o velho capital agrário.

A terra torna-se, cada vez mais, objeto de especulação fundiária, constituindo-se numa ameaça permanente de expulsão para os trabalhadores rurais que ainda detêm um pedaço de terra, com pequenos proprietários ou posseiros.

Em áreas atingidas pelos incentivos governamentais à agricultura de exportação ou voltadas para a produção de álcool, os sítios dos arrendatários, parceiros ou moradores passam a ser retomados pelos grandes proprietários.

A concentração da terra e a política econômica do Governo favorecem o aumento dos conflitos pela posse da terra. Nos últimos 5 anos, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais denunciou 1.088 conflitos envolvendo cerca de 120.768 famílias de trabalhadores rurais. É no bojo desses conflitos que se dão as violências.

Valem-se da violência os grandes fazendeiros e os grileiros de terras. Mas valem-se da violência também os grupos econômicos supostamente “mordenos” que, legal ou fraudulentamente, adquirem terras para especulação ou para a implantação de algum projeto. Mato Grosso e Pará são pródigos em exemplos de grupos industriais ou bancários, beneficiários de incentivos governamentais, que investem dinheiro na terra e bala nos trabalhadores: a Agropecuária Mirassol, em Juaru; a Agropecuária Piraguassu S/A. (Grupo Yanmar Equipamentos Agrícolas), em Luciara; a CIDAPAR, em Vizeu, a CIB, em Xinguara; a Volkswagen, no Vale do Rio

Cristalino, e outros tantos. Valem-se também da violência empresas estatais, como a CHESF, que usou a polícia contra os trabalhadores da área da Barragem de Itaparica ou até órgãos governamentais encarregados de tratar de questões fundiárias, como o GETAT, cujas arbitrariedades têm sido objeto de constantes denúncias dos trabalhadores rurais do Sul do Pará e do Norte de Goiás.

A violência, às vezes, é exercida diretamente pelo proprietário. Na maioria das vezes, entretanto, fazendeiros, grileiros ou empresas valem-se de pistoleiros profissionais ou de verdadeiras milícias privadas. Essas milícias não são privilégio das áreas mais isoladas. Várias usinas de áreas do Nordeste valem-se delas para "manter a ordem" em suas propriedades, como nas greves dos trabalhadores da cana de Pernambuco e do Rio Grando do Norte.

Outras vezes é a própria Polícia Militar que faz as vezes de milícia privada, agindo com violência contra trabalhadores rurais e líderes sindicais, sob o comando direto de grileiros ou grandes fazendeiros. Em quase todos os Estados encontramos exemplos desse tipo.

A violência, quase sempre, é exercida com objetivos definidos. Seu uso mais freqüente é para expulsar os trabalhadores da terra. Mas ela também é usada para impor tarefas ou jornadas de trabalho insuportáveis, capazes de assegurar lucros extras aos grandes proprietários, como vêm fazendo os fornecedores de cana e usinas de açúcar na zona da mata de Pernambuco ou como é feito nos grandes desmatamentos do Pará e do Mato Grosso.

A violência visa a intimidar os trabalhadores para que não defendam suas posses; ou para que entreguem sua produção ao patrão (como em alguns dos casos denunciados no Ceará e no Maranhão); ou para que não procurem o Sindicato ou não busquem proteção na Justiça; para que não se organizem em seus locais de trabalho; ou para que, nos casos dos assalariados rurais, não reclamem na Justiça o que a legislação trabalhista lhes garante ou o dissídio coletivo lhes assegura.

A organização dos trabalhadores tem dificultado a ação dos grileiros e grandes fazendeiros. Tanto assim que, nos últimos anos, diminuiu o número de despejos em massa e temos tido mesmo alguns casos de grupos de trabalhadores que, depois de anos de expulsão, conseguem voltar a sua terra, como ocorreu em Cachoeirinha, Minas Gerais. Em áreas de assalariados, campanhas salariais têm conseguido vitórias significativas, que vão dos aumentos salariais à inclusão dos "2 hectares" nos dissídios coletivos. Os latifundiários não toleram essa limitação do seu poder até então quase absoluto. E reagem intensificando a violência contra os trabalhadores e tornando-a mais "seletiva". Não é por acaso, que a maioria dos trabalhadores assassinados nesses últimos anos eram dirigentes sindicais, delegados sindicais ou líderes de comunidades. Estabelece-se uma estratégia de intimidar o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. O trabalhador é pressionado para desligar-se do Sindicato. Os dirigentes são impedidos de ter acesso aos locais de trabalho e moradia dos camponeses. Tenta-se desarticular a ação do Movimento Sindical, ameaçando dirigentes, fazendo com que sejam presos, atentando contra sua vida. Em casos extremos, como o da zona canavieira de Pernambuco, parece haver a deliberação consciente de "quebrar" o Movimento Sindical.

As violências contra trabalhadores e dirigentes sindicais parecem não ter limites. Elas vão das ameaças e ofensas morais até a destruição de lavouros, casas e outros bens dos trabalhadores; elas vão do despejo armado aos espancamentos, torturas e assassinatos. Raramente, os latifundiários valem-se

de uma única forma. Em um número grande de casos, sobretudo quando está em jogo a expulsão da terra, parece haver uma seqüência que vai das ameaças e arruaças feitas por pistoleiros até a saída da terra ou a morte. Há casos em que há uma tal sucessão de violências que se torna difícil distinguir as várias ocorrências numa seqüência cronológica. Quando se trata de reprimir ações do Movimento Sindical ou de acabar com um dirigente, as coisas são mais diretas.

Uma constante, na grande maioria dos casos, é a tentativa de abater moralmente os trabalhadores, humilhá-los, o que faz com que a violência seja acompanhada por requintes de sadismo.

Se as bases da violência estão na estrutura agrária e nas políticas governamentais que estimulam a concentração da propriedade da terra, o estímulo mais imediato à sua continuação reside na impunidade. Raras vezes são as violências apuradas. Quando são abertos inquéritos, via de regra são demorados e parciais. Raríssimas vezes os responsáveis chegam a ser presos. Nas pouquíssimas vezes em que os responsáveis são indiciados, os processos se arrastam na Justiça e os juízes nem sempre demonstram a isenção esperada. Quando, em situações que podem ser contadas nos dedos, a Justiça chega a condenar o mandante de algum desses crimes, é a vez da Polícia fazer prova de sua ineficiência. Os criminosos continuam em liberdade, realizando novas empreitadas.

A omissão ou conivência das autoridades, em todos os níveis, é a outra face da moeda da impunidade. Em vários dos casos denunciados, pistoleiros valeram-se do nome de "Secretários de Segurança", da "Polícia Federal", etc., para realizarem sua tarefa. Quando não, é a própria Polícia que age a serviço do grileiro ou do fazendeiro. Há casos, ainda, em que as autoridades do Estado, sob pretexto de manter a Polícia afastada, garantem, na verdade, a atuação impune das milícias privadas, permitindo que verdadeiros massacres sejam feitos.

Outros estímulos à violência é a insuficiência e a pouca agilidade com que o Governo Federal usa os instrumentos de que dispõe para garantir segurança aos trabalhadores rurais ou para resolver o problema, valendo-se, por exemplo, da desapropriação por interesse social. As poucas desapropriações até hoje feitas foram conseguidas a "ferro e fogo" pelos trabalhadores rurais. É lamentável que o Governo só contemple a possibilidade da desapropriação por interesse social depois que as violências tenham ocorrido, depois que o sangue dos trabalhadores tenha sido derramado.

Entende o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais ser de absoluta urgência:

1 — que seja assegurado a isenção na atuação das Polícias Cíveis e Militares, bem como da Polícia Federal no meio rural, colocando-se o Poder Público acima dos interesses do latifúndio;

2 — que seja assegurado pelo Poder Público o respeito, pelas forças policiais, dos direitos civis dos cidadãos e a obediência à Justiça;

3 — que seja assegurado a não interferência da Polícia, ou outros órgãos de repressão, em atividade sindicais ou movimentos coletivos de trabalhadores;

4 — que sejam desativadas e desarmadas as polícias privadas ou bandos de jagunços que agem a mando do latifúndio;

5 — que o Poder Público garanta maior eficácia na apuração e punição dos crimes cometidos contra trabalhadores, dirigentes e assessores sindicais. Recentemente, não se conhece nenhum caso de condenação desses assassinos;

6 — que, nos casos de despejo judicial, o Poder Público não admita violência contra os trabalhadores e seus bens por parte dos agentes policiais;

7 — que o Poder Público puna severamente os agentes policiais ou funcionários que participem de ações ilegais de despejo.

Mas, entende, também, que a solução definitiva para os conflitos no campo passa por uma redistribuição da propriedade, da renda e do poder, que integre social e politicamente a grande massa dos trabalhadores rurais assalariados, posseiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários minifundistas. Sabemos que essa integração passa pela plena redemocratização de nosso País, isto é, pela devolução ao povo de sua prerrogativa de eleger diretamente todos os seus governantes, o que deve ocorrer já, e pela revogação das leis de exceção. Mas estamos certos, também, de que só afastaremos o perigo de uma nova aventura autoritária promovendo uma Reforma Agrária ampla, massiva, imediata e com a participação dos trabalhadores. E essa também é de absoluta urgência.

Os trabalhadores rurais têm respondido à violência intensificando suas lutas coletivas. Mas é insustentável que se crie uma consciência nacional de que essa situação é insustentável.

Por isso, convocamos todas as forças políticas interessadas na construção de um Brasil democrático e comprometidas com a defesa dos direitos humanos, a se juntarem a nós nesta Campanha Nacional Pela Reforma Agrária e pelo Fim da Violência no Campo.

Brasília, DF, 3 de abril de 1984. — José Francisco da Silva, Presidente.

1981 REGIÃO NORTE — Maranhão —

10 MAI. — Assassinado no município de Codó, o delegado sindical Marcelo dos Santos, por pistoleiros a serviço de grileiros da região, que tentavam expulsar da área cerca de 400 famílias de posseiros.

26 JUL. — Assassinado em Imperatriz, o posseiro Edson Rodrigues Moreira, por ordem do fazendeiro Fernandinho Vilela, interessado na expulsão de 31 família de posseiros com dezenas de anos de ocupação da terra.

AGO. — Cícero Francisco de Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vargem Grande, foi preso e agredido a socos, pontapés e coronhadas, dentro da Delegacia de Polícia local, ao defender direitos de posseiros ameaçados de expulsão por grileiros da região.

— Pará —

2 JAN. — Assassinado na Gleba Marabá, em Conceição do Araguaia, o trabalhador José Piau. Ele liderava a luta de dezenas de posseiros contra o grileiro Osanir Silva, acusado de ter matado, em dezembro de 1980, o posseiro Lourival Marques, e deixado paralisado um outro trabalhador, de nome Alcebiades, em setembro de 1979.

10 JAN. — Assassinado em Viseu, o trabalhador Sebastião Mearim, por pistoleiros a mando do Grupo CIDAPAR, que vem grilando 400 hectares de terras naquela região.

02 JUN. — Assassinado em Conceição do Araguaia, o posseiro Francisco Jacinto de Oliveira, o "Sinhazinho", pelo fazendeiro Paulo Maciel Bishuet, que o vinha pressionando, há longo tempo, para que abandonasse sua posse.

18 AGO. — Presos os posseiros Simplício Vieira, Venâncio de Assunção, João Matias da Costa, Raimundo Resplandes da Silva, José Ribamar Rodrigues, Leônidas Alves Furtado, Antônio Resplandes Coelho, Arnaldo Lopes Queiróz, Raimundo Resplandes Coelho, Hilton Souza Almeida, Raimundo Pereira Anunciação, José de Araújo e Silva e José Pereira de Araújo, juntamente com os padres

Aristides Camio e Francisco Gouriou, envolvidos num conflito de terras na Fazenda Castanhal, município de Conceição do Araguaia.

REGIÃO NORDESTE

— Alagoas —

28 MAR. — Assassinado José Pedro dos Santos, Presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capela, por um pistoleiro. Capela é uma área de assalariados e José Pedro vinha organizando os trabalhadores da defesa dos seus direitos trabalhistas.

— Bahia —

13 JUL. — Assassinado em Nazaré das Farinhas, por causa de uma questão de terras com fazendeiros da região, o posseiro Manoel Alvino do Nascimento.

AGO. — Em Iaqu, os posseiros Hilário de Jesus Neri, Gerson de Jesus Neri, Isable Santos da Silva e Otaviano Félix da Silva, foram agredidos a tiros e facão, por jagunços a serviço da família Medrado.

6 AGO. — No Município de Iramaia, o Secretário do Sindicato local e 5 posseiros da Fazenda Dadau, situada na localidade "Toca da Onça", foram presos por 47 homens armados de fuzis e metralhadoras, e depois, conduzido a um curral da fazenda do antigo dono das terras. De lá, foram levados para uma velha garagem da fazenda pertencente ao Prefeito de Iramaia, de onde foram transportados para o município de Jequié. Todos esses fatos foram provocados e acompanhados pelo pretendo dono da Fazenda Dadau, onde vivem e trabalham os posseiros.

— Ceará —

17 OUT. — Prisão do Presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel, Manoel Messias Sabóia.

19 OUT. — Prisão de um dos membros do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itagé. Ambas as prisões ocorreram em consequência da atuação dos companheiros em defesa de trabalhadores.

— Paraíba —

7 OUT. — Assassinado na Fazenda Salamargo, município de Cruz do Espírito Santo, o posseiro José Silvano Valdivino. Foi morto pelo administrador da Fazenda Ana Cláudia, cujo proprietário vinha tentando expulsar 13 famílias com dezenas de anos de ocupação.

29 OUT. — Assassinado na Fazenda Pedra do Marinheiro, em Serra Redonda, o posseiro José Severino da Silva, pelo proprietário das terras, José Pinheiro dos Santos. Ameaçado de expulsão depois de 21 anos de trabalho na terra, o posseiro entrara na Justiça com uma ação de manutenção de posseiro referente a 3 hectares, tendo sido beneficiado por limiar.

DEZ. — Na Fazenda Camucim, município de Pitimbu, policiais e jagunços da Destilaria Tabu, fortemente armados com metralhadoras, fuzis e bombas de gás lacrimogênio, invadiram a posse de Joana Maria Maximino, que tinha a seu favor uma limiar judicial, agredindo vários trabalhadores e prendendo outros 6. Dias antes, esses mesmos policiais haviam derrubado a casa de Joana e a escola local, além de agredirem o trabalhador Joaquim José de Castro, 61 anos, que teve de ser hospitalizado.

— Pernambuco —

16 JAN. — Assassinado em Bonito, o delegado sindical José Bezerra, por sua corajosa atuação em defesa dos trabalhadores rurais da área.

JAN. — Em Carpina, o trabalhador Joaquim Severino da Silva foi espancado pelo administrador do Engenho Serraria, por ter entrado na Justiça com uma ação de cumprimento do Dissídio Coletivo de

1980; no Engenho Cordeiro, Laureano Sebastião Gadelha foi também espancado pelo administrador, por insistir em plantar lavouras de subsistência.

12 OUT. — Assassinados em Bom Jardim, o trabalhador João Duda da Silva e seu filho José Heráldo, de apenas 5 anos. Ambos foram mortos pelo dono do Engenho Palma, Ênio Guerra, e seu filho. João Duda era empregado do Engenho Morada do Sol, quando trabalhava na tarefa de queima da cana, acidentalmente o fogo alastrou-se para o canavial do Engenho vizinho. Por causa disso, foi espancado pelo filho de Ênio Guerra e, pouco depois, tocado quando regressava para casa. Um outro filho do trabalhador, de 8 anos, testemunha dos assassinatos, foi também ameaçado de morte. Algum tempo depois, outro trabalhador, que ia testemunhar contra Ênio Guerra, foi misteriosamente assassinado.

21 OUT. — Assassinado em Rio Formoso, o trabalhador João Júlio da Silva Neto, pelo administrador do Engenho Duas Bocas, de propriedade da Usina Santo André do Rio Una, por ter reclamado de fraude na pesagem da cana. A FETAPE já havia denunciado ao Governador do Estado as ameaças que o administrador José Andrade e outros vinham fazendo ao Tesoureiro do Sindicato e aos trabalhadores do Engenho.

REGIÃO CENTRO-OESTE

— Mato Grosso —

5 JAN. — Preso, em decorrência de sua atuação em defesa dos trabalhadores de sua região, o dirigente sindical Lincon de Souza, de Barra do Garças.

10 JAN. — Na Gleba Araez, em Barra do Garças, foi assassinado o trabalhador rural Antônio Tomás.

REGIÃO CENTRO-SUL

— Rio de Janeiro —

18 MAR. — Em Campos, o trabalhador Edson Cardoso de Farias foi açoitado pelo patrão, por ter recorrido à Justiça para reclamar direitos adquiridos após 23 anos de serviço.

REGIÃO SUL

— Mato Grosso do Sul —

12 Jun. — Assassinado em Naviraí, o advogado Joaquim das Neves Norte. Há algum tempo ele vinha sendo ameaçado de morte, em face de sua atuação em defesa de dezenas de arrendatários das Fazendas Jequitubá, Entre-Rios e Água Doce.

1982

REGIÃO NORTE

— Acre —

Mai. — Em Xapuri, 112 seringueiros foram presos pela Polícia Militar quando tentavam embargar um desmatamento na Fazenda Santa-Fé. 7 trabalhadores foram indiciados em inquérito, acusados de "crime contra a organização do trabalho".

— Maranhão —

Abr. — João Alves do Nascimento, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Olho D'Água das Cunhãs, sofreu tentativa de morte por parte do pistoleiro Francisco Félix, a mando de grileiros da região.

Set. — Enéas Matias, trabalhador do município de Esperantinópolis, foi baleado pelo grileiro José Sindra, em meio a perseguição que o grileiro move contra ele e outras famílias há mais de anos.

21 Nov. — Assassinado o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia, Elias-

Zi Costa Lima, no Mercado Municipal e diante de inúmeras testemunhas, pelos filhos do grileiro José Gomes Novas. Há algum tempo o grileiro vem ameaçando numerosas famílias de posseiros de Lagoa do Capim e outras localidades próximas, situadas em áreas tidas como devolutas. O decidido apoio do Sindicato à luta dos trabalhadores foi o motivo do assassinato.

— Pará —

Jan. — Policiais do município de Marabá, acompanhados de jagunços, invadiram a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, bem como a residência do Tesouro, efetuando prisões ilegais.

Jan./Fev. — Posseiros dos lotes 7 e 73 da localidade de Itaipavas, município de Conceição do Araguaia, foram amarrados, espancados e presos; tiveram queimados seus barracos e seus pertences roubados. Essas violências foram praticadas por Oficiais de Justiça e representantes do GETAT, em suposto cumprimento a uma ação de reintegração de posse impetrada pelo grileiro Neif Murad, que sequer havia sido julgada.

Fev. — Na localidade de Pau Seco, município de Marabá, foi assassinado o trabalhador Erondino Alves de Souza, ao ser confundido com o delegado sindical da região, que vinha sendo ameaçado de morte pelo grileiro "Nelito" e pelo pistoleiro "Marinheiro", os mesmos que assassinariam o advogado Gabriel Sales Pimenta, 4 meses depois.

2 Mar. — Assassinado no município de Rio Maria, o posseiro Belchior Martins Costa, pelo indivíduo Valter Valente, num conflito que resultou no despejo de 9 famílias. O criminoso não chegou a ser preso, continuando a circular, livremente, pelas ruas de Conceição do Araguaia.

24 Mar. — Num choque entre os posseiros e o grileiro Otacílio Alves Feitosa, em Santarém, morreu o delegado sindical de Igarapé-Preto, Avelino Ribeiro da Silva, que já havia sido preso, anteriormente, por conta de sua corajosa atuação em defesa dos posseiros da região.

16 Abr. — Na localidade conhecida por Alípio Cardoso, município de Xinguara, foi assassinado, por questões de terras, o posseiro João José Pereira.

18 Jul. — Em Marabá, foi assassinado o advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, Gabriel Sales Pimenta, pelo grileiro Manoel Cardoso Neto o "Nelito" e o pistoleiro José Pereira da Nóbrega, o "Marinheiro". Ambos continuam soltos até hoje, em que pese o resultado do inquérito policial que os apontou como responsáveis pelo assassinato.

2 Dez. — Mantida, pelo Superior Tribunal Militar, a condenação dos 13 posseiros e dos 2 padres envolvidos no incidente por questões de terras em São Geraldo do Araguaia, em agosto de 1981.

— Rondônia —

7 Mai. — Numa área em Vilhena e Colorado D'Oeste, o posseiro José Dorni morreu, quando ele e outros companheiros tiveram que enfrentar o grileiro Agábito Lemos e seus pistoleiros, que vêm tentando expulsá-los das terras. Nesse incidente morreram, ainda, dois jagunços. O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, Francisco César da Silva, 4 posseiros, sendo um deles menor, e dois religiosos tiveram suas prisões preventivas decretadas.

REGIÃO NORDESTE

— Bahia —

7 Jul. — O advogado dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Iaqu, Itaberaba e Boa Vista do

Cupim, Dr. Carlos Alberto de Oliveira, foi publicamente ameaçado de morte, pelo grileiro Gelonízio Almeida Lopes, em razão de sua atuação em defesa dos posseiros da região.

6 Set. — No distrito de Barreiros, município de Canavieiras, foi morto o trabalhador Romualdo Rosa de Jesus, pelo pistoleiro conhecido como Nildo, que estava a serviço do grileiro Gerson Alves do Vale, pretendo dono da Fazenda Aparecida.

8 Set. — Em Boa Vista do Procopio, município de Barra, Manoel Dias de Santana, posseiro, 77 anos, foi assassinado, enquanto mais 3 outros ficaram feridos num choque com o grileiro Leão Diniz de Souza Leão. Há muito os trabalhadores vêm resistindo à queima de suas casas, destruição de roças e lavouras.

6 Out. — Em Mariajape, município de Ilhéus, foi morto o trabalhador Antônio Carvalho Neto, pelo fazendeiro de nome Sinésio.

17 Out. — Filinto Alves dos Santos, trabalhador da Fazenda Baraúna, município de Senhor do Bonfim, morreu e seu companheiro Edmundo Macedo saiu ferido, ao enfrentarem o pretendo dono das terras.

30 Dez. — No município de Glória, 8 trabalhadores foram presos, estradas foram bloqueadas, diretores e assessores sindicais tiveram suas credenciais e veículos apreendidos. Esse forte esquema repressivo, montado pela Polícia Militar baiana, a pedido da CHESF, teve por objetivo conter a vigorosa manifestação dos trabalhadores da área, inconformados com o total desrespeito da Companhia aos critérios de reassentamento estabelecidos pelo Ministério das Minas e Energia, inclusive com a exploração de jazidas de cascalho em condições totalmente prejudiciais à saúde da população, bem como às lavouras e criações.

— Ceará —

26 Jun. — Em Iguatu, foi assassinado José Alves de Lima, parceiro do distrito de Quixelô, pelo latifundiário Dorico Simplicio de Oliveira. O trabalhador foi morto porque exigiu que o fazendeiro cumprisse o Estatuto da Terra no que diz respeito às normas de parceria e arrendamento.

12 Ago. — Francisco Chagas do Nascimento, posseiro há mais de 30 anos na Fazenda Pé de Serra do Juá, em Porteiras, município de Caucaia, foi morto pelo proprietário, Jagonhara Sampaio Pontes. Chico liderava a luta de dezenas de famílias ameaçadas de expulsão pelo fazendeiro, que sequer queria lhes reconhecer os direitos adquiridos depois de longos anos de trabalho na terra.

— Paraíba —

JAN. — Em Salgado de São Félix, o gerente da Cooperativa de Alagamar, Ivo Domingos da Silva, acompanhado de policiais e dizendo cumprir ordens superiores, destruiu com trator as lavouras de posseiros da Fazenda Alagamar.

09 NOV. — Na Fazenda Alvore Alta, em Alhandra, o capataz tentou matar o trabalhador Luís Pedro da Silva. O Delegado de Polícia local, além de agredir o advogado da Federação, Dr. Júlio César Ramalho, tentou, arbitrariamente, impedir o exercício legítimo da atividade sindical.

27 NOV. — Agravou-se a tensão social da Fazenda Camucim, município de Pitimbu. Homens armados invadiram as posses dos trabalhadores e os espacaram, destruindo suas casas e lavouras. José Francisco de Oliveira, também membro da Diretoria do Sindicato, e José Henrique da Silva tiveram, também, seus pertences incendiados. O Presidente do Sindicato e o padre local, por apoiarem a luta dos trabalhadores, foram ameaçados de morte.

— Pernambuco —

28 JUL. — Manoel Gerônimo de Santana, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iguaraci, foi baleado por Helvídio Lopes de Siqueira, de quem vinha recebendo constantes ameaças de morte, a ponto de ter, por repetidas vezes, buscando garantias de vida junto às autoridades.

07 AGO. — Assassinado em Carpina, o trabalhador Pedro Batista da Silva, ex-empregado do Engenho Caramuru, pelo capataz, Henrique Simão, por ter reclamado na Justiça contra o ex-patrão.

SET. — No Engenho Novo do Muro, também em Carpina, o trabalhador Martim Luís dos Prazeres foi assassinado pelo administrador, por ter exigido o cumprimento do Dissídio Coletivo.

DEZ. — O Movimento Sindical de Pernambuco e a CONTAG protestaram, energicamente, contra as ameaças de morte feitas ao Dr. Luiz Romeu Cavalcanti da Fonte, advogado do Movimento Sindical, por fornecedores de cana inconformados com as sucessivas vitórias dos canavieiros pernambucanos nas últimas campanhas salariais.

— Rio Grande do Norte —

JUL./NOV. — O Conselho de Representantes da CONTAG protestou contra o forte esquema repressivo montado para desmobilizar e enfraquecer o movimento reivindicatório dos trabalhadores canavieiros de 11 municípios daquele Estado. Durante o período preparatório à campanha salarial registraram-se diversos casos de violência: no dia 7 de julho, após o término de uma reunião na Fazenda Prata, de propriedade da Usina Estiva, o carro da FETARN foi apedrejado, pondo em risco a vida de dirigentes e assessores do Movimento Sindical. No dia 21, capangas, armados, da Usina Estiva interceptaram a passagem de representantes do Sindicato de Goianinha, da FETARN e da CONTAG, que se dirigiam para um local de reunião com os trabalhadores. Em 20 de agosto, um assessor da FETARN, um funcionário da CONTAG e o Presidente do Sindicato de Goianinha foram presos e ameaçados por capangas, na Fazenda Limoal, de propriedade da Usina Estivas.

Deflagrada a greve, cuja legalidade foi reconhecida pelo TRT-PE, novas violências ocorreram: em Nízia Floresta, o gerente da Fazenda Bonfim ameaçou de morte os trabalhadores, para obrigá-los a retornar ao trabalho; em Arês, o filho do dono da Usina Estivas, acompanhado de 4 homens armados, interceptou um dos carros da FETARN. Com rifles apontados para dirigentes e assessores do Movimento Sindical, tomaram o material de divulgação da greve, esvaziaram os pneus do carro e fugiram; em Ceará-Mirim, o filho de um proprietário de cana insultou e agrediu o advogado da FETARN, Nivaldo Gomes de Menezes e ao Secretário do Sindicato, Francisco Vieira Ferreira. Tentou atropelar o assessor da CONTAG, José Gonçalves da Silva e destruiu, com uma enchedeira, o veículo do Sindicato; em Arês e Goianinha, foram presos e mantidos em cárcere privado o advogado da FETARN, Francisco Octacílio Gonzaga de Sá e Souza, a assessora da CONTAG, Josefa Martins Reis, o membro do Conselho Fiscal do Sindicato de Goianinha, Gerônimo de Castro Bezerra e o funcionário do Sindicato de Arês, Emanuel Inácio Ferreira. Posteriormente foram entregues à Polícia Federal, onde permaneceram incomunicáveis, sendo libertados depois de prestarem depoimento.

Finda a greve, esses dirigentes e assessores do Movimento Sindical foram indiciados em inquérito policial, que deu origem a um processo com base na Lei de Greve.

REGIÃO CENTRO-OESTE

— Goiás —

JUL. — O grileiro Belizário Rodrigues da Cunha e seus jagunços atearam fogo nas casas e atacaram, a tiros, a população rural do povoado de Campesstre, município de São Sebastião do Tocantins, região do Bico do Papagaio, ferindo um trabalhador.

REGIÃO CENTRO-SUL

— Minas Gerais —

31 JUL. — Um ato público promovido pela FETAEMG e com a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Estado e da CONTAG, em apoio à luta dos posseiros de Cachoeirinha, município de Varzelândia, foi arbitrariamente reprimido por forças policiais. Cerca de 300 policiais, fortemente armados, ficaram acampados à entrada da cidade, passando a presionar a população local com o objetivo de impedi-la de participar da concentração.

Nas estradas de acesso ao povoado, dezenas de agentes do DOPS, ostensivamente armados, interceptaram os carros que levavam dirigentes e trabalhadores de outros municípios e estados para o ato. Sob a mira de metralhadoras, todos foram revistados; bagagens reviradas e o material sindical apreendido. Os que estavam em ônibus, foram liberados, enquanto os que vinham em caminhões viram-se obrigados a retornar. O local do ato público foi cercado por policiais e carros do DOPS. A Delegacia da FETAEMG foi invadida e apreendidos todos os documentos e material impresso. Mesmo assim, houve o ato, com a participação de mais de mil pessoas.

02 AGO. — Num conflito entre 300 famílias da Fazenda Saco Grande, e o grileiro Juscelino Assunção, no município de Unaí, o arrendatário Derselício Félix de Almeida foi preso, tendo sua família expulsa de casa, sua produção de milho e criação roubadas. O posseiro Francisco Batista de Oliveira, da mesma área, ficou preso durante 7 meses, sendo solto somente após assinar uma notificação de despejo, ilegal e arbitraria.

OUT. — Paulo Dias dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vargem Bonita, foi sequestrado e agredido por Waldemar Silva Costa, dono da Fazenda Vargem do Tenente, por ter assumido a defesa do trabalhador Augusto Pereira de Melo, que tem um pequeno sítio, chamado Córrego da Onça. Interessado em apossar-se das terras do trabalhador, o grileiro destruiu seu roçado com gado e, ainda, o denunciou como "invasor de terras".

— Rio de Janeiro —

20 MAR. — Na Gleba Soarinho, em Cachoeiras de Macacu, o trabalhador Augustinho Rodrigues de Souza foi brutalmente assassinado, após ter sido sequestrado em sua casa, por pistoleiros a soldo de grileiros que agem impunemente na região. Ao denunciar, publicamente, o crime, a Federação do Rio de Janeiro ressaltou ser aquele o 21º assassinato no município desde 1979. A área, embora desapropriada desde 1964, continua sendo palco de violências contra trabalhadores, enquanto o INCRA insiste em não promover o assentamento dos posseiros, sob a alegação de que a mesma se destina à reserva florestal.

REGIÃO SUL

— São Paulo —

03 JUL. — Carlos da Silva, líder da comunidade de São Pedro, em Eldorado, no Vale da Ribeira, foi

assassinado e seu padrao baleado, numa emboscada preparada pelos jagunços do grileiro Francisco Tibúrcio Nascimento. O grileiro vem usando desses meios violentos para expulsar da área numerosas famílias de posseiros.

1983
REGIÃO NORTE
— ACRE —

JUL. — O Presidente dos Trabalhadores Rurais de Tarauacá e outros 6 posseiros foram presos e espancados por agentes da Polícia Federal, em face de denúncia feita pelo agente do IBDF de Tarauacá, em represália por terem derrubado algumas seringueiras para o plantio de lavouras de subsistência.

02 DEZ. — Assassinados em Brasília, o trabalhador Jesus Matias de Araújo, pelo indivíduo conhecido como "Manoelzinho". O trabalhador assassinado estava sendo processado pela morte de Nilo Sérgio de Oliveira, apontado como o mandante do assassinato do companheiro Wilson Souza Pinheiro, Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais local.

— Amapá —

19 DEZ. — Assassinado na localidade de Ilha dos Bodes, município de Afuá, por questão de terras, o trabalhador José do Carmo, pelo indivíduo Pedro Araújo Souza. Também saiu baleado o posseiro Francisco do Carmo.

— Maranhão —

23 FEV. — Na localidade de Santa Tereza, município de Brejo, foi assassinado o posseiro Aristides Teixeira dos Santos, 80 anos, diante de sua esposa e filhos, enquanto almoçava. Seu filho, Antônio Aristides, ao tentar socorrê-lo, foi também esfaqueado. Os criminosos são Antônio dos Santos, Raimundo Nonato, Antônio Hortência, Lucídio de Tal e José Tulipa. Todos agiram sob as ordens do grileiro Raimundo Matos de Carvalho, o "Raimundo Generosa", interessado em expulsar da área 48 famílias.

Dois dias depois, outro trabalhador foi baleado por elementos do mesmo grupo. Apesar das denúncias do Sindicato, nenhuma providência foi tomada pelas autoridades. O grileiro voltou-se, então, para o delegado sindical e sobrinho do posseiro assassinado, Raimundo Nonato dos Santos, e contra o Presidente do Sindicato de Brejo, companheiro Manoel Veiga da Costa. Os posseiros se organizaram para defender os dirigentes ameaçados, mas foram desarmados pela Polícia de Chapadina.

24 AGO. — João José de Lima, 60 anos, posseiro há 25 anos no povoado de Sítio Novo, município de Bacabal, foi morto, a tiros, por Adílio Soares, filho do grileiro Cicero Soares, interessado em expulsar 10 famílias da área. O trabalhador foi morto na porta da Representação do INCRA de Bacabal, onde, pouco antes, obtivera a promessa de regularização de sua posse. O crime foi presenciado por diversas pessoas, mas o assassino não chegou, sequer, a ser preso.

26 AGO. — Num conflito entre a Imobiliária Terra Rica e 10 famílias da localidade de Cumbique, município de Passo do Lumiar, foi assassinado o trabalhador Raimundo Nonato Lopes, pelo capataz da Empresa, Avelino Souza Abreu. Mesmo ferido, o trabalhador reagiu e matou o agressor. Familiares do capataz, apoiados por jagunços da Empresa, passaram a perseguir outros posseiros da área, ameaçando-os de morte.

19 OUT. — Em Vitória do Mearim, na localidade de Bambu, vários posseiros foram recebidos a bala pelo grileiro Zedequias, que tem pretensões sobre a

terra já desapropriada pelo Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários.

05 NOV. — Também na localidade de Bambu, município de Vitória do Mearim, Raimundo Conceição de Carvalho, filho do posseiro José Lourenço Carvalho, foi alvejado a bala. No mesmo dia, o posseiro Antônio José Alves foi interpelado pelo filho do grileiro Zedequias, que lhe tomou um cano de espingarda e o ameaçou de morte. Jagunços dos grileiros Manoel Vilas Boas e Jpsé Luiz Braga dispararam contra as casas dos moradores de Bambu. Zedequias e seus jagunços pararam os carros que fazem a linha "Estaca Zero-Mata do Boi", procurando os posseiros "condenados à morte".

09 DEZ. — Benedito Ramos e sua irmã, Raimunda Ramos, posseiros do município de Urbano Santos, foram barbaramente assassinados, a tiros e facadas, pelo grileiro Francisco da Silva Araújo, seus filhos e capangas. Também ficaram feridos a esposa e mais 2 irmãos do trabalhador assassinado: Maria dos Afritos Ramos, José Ramos e Francisco Ramos.

A terra está em litígio há 10 anos. Pouco a pouco o grileiro vinha cercando toda a área, avançando na posse da família Ramos, a ponto de deixá-la sem espaço para trabalhar.

Benedito e a família foram chacinados ao tentarem impedir que o grileiro cercasse o acesso à fonte de que serviam.

— Pará —

— A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lago Verde está sendo processada e acusada de incitamento à violência, por defender os 250 posseiros da Fazenda Manguari. Os posseiros foram vítimas de violências, tiveram suas lavouras incendiadas, foram ameaçados de morte e foram proibidos de plantar, pelo grileiro Loester Mendes Souza.

10 jan. — Antônio Francisco da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, escapou de ser assassinado pelo grileiro Manoel Cardoso Neto, vulgo "Nelito", graças à interferência de terceiros. "Nelito" é o mesmo grileiro que, em 1982, matou o advogado Gabriel Sales Pimenta.

25 mai. — Cerca de 30 posseiros da localidade Morada Nova, Marabá, entre os quais o delegado sindical da região, foram presos e mantidos incomunicáveis, por ordem da Delegacia de Polícia Federal, por questões de terras.

Jun. — Soldados da Polícia Militar de Marabá, Rio Maria, Xinguara e Conceição do Araguaia, agentes do DOPS-Belém, acompanhados do fazendeiro Hélio Olsen e pistoleiros, agiram violentamente contra 180 famílias das Glebas Caipó, Jussara, Musa e Mucuruim, em cumprimento a um mandado judicial arbitrário, prendendo e espancando mulheres e crianças. Muitas mulheres foram torturadas para denunciar o esconderijo dos maridos. A Fazenda Musa foi usada com cárcere privado.

28 jun. — José Pereira, posseiro da localidade de Pacu, Município de Xinguara, foi assassinado quando se encontrava trabalhando em seu roçado com outros companheiros, por pistoleiros que agem a mando da família Mutran. Outros dois posseiros ficaram feridos.

11 ago. — O Presidente do Sindicato de Rio Maria, companheiro João Canuto, e o posseiro Raimundo Rezende foram ameaçados de morte pelo grileiro Jurandir e pelo pistoleiro "Paraná". Trata-se de uma área localizada entre os povoados de Raizal e Sete Barracos, distante 30 km de Rio Maria, da qual os grileiros Jurandir e Turco vêm tentando, sem êxito, expulsar cerca de 13 famílias de posseiros.

15 ago. — Numa área pretendida pela Cia. Industrial do Brasil CIB, no Município de Xinguara, foi assassinado o posseiro Wilmar Costa Marinho.

20 ago. — Um posseiro de nome Félix, em Xinguara, teve sua casa atacada por pistoleiros, que mataram cachorros, galinhas e queimaram seu barraco. Sua esposa e 4 filhos que se encontravam em casa no momento do ataque, fugiram para a mata. Um mês depois do ocorrido, quando estes fatos chegaram ao nosso conhecimento, ainda estavam desaparecidos.

28 ago. — Numa área pretendida pela Companhia Industrial Brasileira — CIB, em Xinguara, um posseiro de nome Domingos, de 68 anos, foi assassinado. José Martins, outro posseiro também jurado de morte pelos pistoleiros da CIB, conseguiu fugir e, depois de dois dias, chegou a São Geraldo onde denunciou os fatos à Polícia Militar.

28 set. — Na Colônia Bananal, Município de Paragominas, o trabalhador José Milan foi assassinado por 3 pistoleiros contratados pelo grileiro José Meireles. Antes de ser morto, o trabalhador teve as orelhas decepadas.

30 nov. — Salvador Alves da Silva e Feliciano Ribeiro da Silva, ambos posseiros e, respectivamente, delegado e subdelegado sindical na Vila Felinto Müller, Município de Paragominas, foram presos por policiais do DOPS, sob a acusação de terem participado da morte de um pistoleiro responsável por violências contra numerosas famílias da região, agindo sob as ordens da Firma SLAVIEIRO. Os trabalhadores foram espancados na Delegacia da Vila. Feliciano Ribeiro da Silva, de 62 anos, foi obrigado, sob violência, a assumir a autoridade do crime.

7 dez. — O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos do Capim, Ezequias Romão Batista, juntamente com o advogado João Carlos Batista, foram publicamente ameaçados de morte pelo grileiro Leorne Loureiro. O grileiro, que é militar reformado, ameaçou, ainda, envenenar as águas dos igarapés da área de conflito, bem como bombardear as casas dos posseiros.

20 dez. — Encontrado o corpo do posseiro Elias Alves Bento, assassinado por pistoleiros do Grupo CIDAPAR, em Vizeu. Desapacera uma semana antes.

25 dez. — José de Souza, 22 anos, posseiro do Município Vizeu, foi amarrado, espancado e assassinado, a tiros, por pistoleiros que agem a mando da CIDAPAR. Seu pai, Marcelino do Carmo Souza, depois de sofrer idênticas violências, foi atirado, ainda com vida, na BR-316, a 30 km de Alto Bonito, no Pará.

REGIÃO NORDESTE

— Alagoas —

— Na fazenda Boa Vista, de propriedade de Félix Paulo, o trabalhador José Pedro da Silva foi preso e algemado pelo Sargento Osmar, delegado de polícia local, pelo fato de ter exigido seus direitos trabalhistas, após ter sido despedido sem justa causa. Ficou preso uma dia, mas sabe-se que o delegado tinha "ordens do fazendeiro para manter o trabalhador preso por 30 dias.

O Presidente do Sindicato de Maragogi, Severino Gonçalves de Moura, e a advogada Luciene Alves vêm recebendo, da parte do fazendeiro, constantes ameaças de morte, em decorrência da atuação em defesa dos trabalhadores da área.

— Bahia —

21 jan. — Preso, arbitrariamente, por ordem do Juiz de Direito da Comarca de Casa Nova, Dr. Luiz Fernando, o trabalhador José Aleixo. O nosso Mo-

vimento Sindical denunciou ao Corregedor Geral de Justiça do Estado a atitude parcial do referido Juiz em favor do fazendeiro Agrício Braga, contra José Aleixo e outros posseiros com mais de 20 anos de ocupação na terra. Por duas vezes esse mesmo Juiz mandou a polícia pressionar os trabalhadores; de outra, tentou, ele mesmo, impedir a realização de uma reunião sindical.

2 fev. — Numa área tida como de terras devolutas, na localidade Monte Alegre, município de Una, foi assassinado o posseiro Cassiano Dionísio Lopes, pelo indivíduo Raimundo de Jesus. O crime ocorreu 4 dias após ter o posseiro denunciado à FETAG-BA, na presença da imprensa, as perseguições que ele e outras famílias vinham sofrendo por parte de Sônia Aristeu Dias, dona do cartório de registro de imóveis local e pretensa proprietária das terras. O criminoso é primo da grileira.

26 fev. — Bráulio Trindade dos Santos, posseiro do Município de Una, foi ferido, a tiros, por Osvaldo Roque de Oliveira, da Fazenda Kleber Galby, por questões de terras.

7 mar. — Jorge da Conceição, trabalhador do Município de Simões Filho, foi assassinado por exigir o cumprimento de direitos trabalhistas.

13 mar. — Agnaldo Santana de Almeida, posseiro do Município de Iaqu, foi espancado por Edgar Medrado, fazendeiro e também diretor do Departamento de Polícia do Interior, juntamente com o delegado de polícia local. Inconformada com a desapropriação da área, pelo Governo, desde 1981, a família Medrado continua cometendo toda sorte de violência contra os posseiros da região.

16 mar. — Napoleão Antônio de Lima, posseiro de Bom Jesus da Lapa, foi assassinado pelo grileiro Sebastião Alves de Souza e seus capangas. Depois de lutar 5 anos na Justiça, o posseiro fora favorecido por liminar. Mesmo assim, continuava sofrendo violências. Na véspera de ser morto, teve seus instrumentos de trabalho apreendidos pela polícia e pelo grileiro, o que indica o envolvimento da polícia com o grileiro e a intenção de protegê-lo de uma possível reação do trabalhador.

19 abr. — José Alves de Oliveira, posseiro do Município de Una, foi assassinado por questões de terras, por José Alves Filho.

Abr. — Boaventura, posseiro do Município de Itabepi, foi assassinado, por grileiros, num conflito de terras.

Abr. — José Ouleiro, posseiro do Município de Una, foi assassinado por grileiros, por questões de terras.

13 jun. — Cassimiro Ferreira da Silva, pequeno proprietário do Município de Riacho do Santana, foi baleado pelo fazendeiro Patrício Duarte, que continua em liberdade. Segundo o Sindicato local, mais de 20 trabalhadores do Município foram assassinados nos últimos 8 anos, por questões de terras, e seus autores permanecem impunes.

11 jul. — Manoel Cantídio de Oliveira, posseiro da localidade Barreiras/Sarampo, Município de Canavieiras, foi encontrado morto, na mata, depois de ser procurado por seus companheiros durante 52 dias. Cerca de 60 famílias de posseiros, com mais de 10 anos de ocupação da área, vinham denunciando, através da FETAG-BA, as violências e pressões por parte dos grileiros Gerson Alves Vale e Ariano Loureiro e seus pistoleiros.

12 jul. — Aparecida Pereira da Silva, posseira do Município de Riacho do Santana, foi assassinada por questões de terras.

18 jul. — Na localidade de Campo de Zinco, Município de Canavieiras, o posseiro João Oliveira dos Santos foi assassinado, a tiros e um outro trabalhador, conhecido como "Zé Corisco", saiu gravemente ferido, num choque com capangas do grileiro

Hélio de Jesus Nascimento que há muito vem usando de todos os meios para expulsar dezenas de posseiros que ocupam aquelas terras há mais de 6 anos.

15 set. — Gabriel de Oliveira, trabalhador rural do Município de Vitória da Conquista, foi assassinado por exigir o cumprimento da Legislação Trabalhista.

20 set. — No Município de Wenceslau Brás, 7 trabalhadores foram presos, torturados e mantidos em cárcere privado durante 24 horas, por pistoleiros da S/A Lopes Agropecuária. A Empresa tenta expulsar os trabalhadores, que lhe prestam serviços em troca da terra para plantio.

27 set. — Na localidade de Pedras Município de Una, 10 casas de posseiros foram incendiadas, enquanto 93 trabalhadores foram expulsos por grileiros que atuam na região.

9 out. — Valdelino Gomes, posseiro da localidade de Corujas, Município de Iaqu, foi assassinado pelo pecuarista Tomás Coelho da Purificação. O criminoso disputava, há dois anos, na Justiça, a posse da terra com o sogro do trabalhador. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iaqu responsabilizou o Delegado de Polícia, João Crisóstomo de Carvalho, e o Delegado Especial de Terras, Cap. Edson Barbosa, que davam cobertura ao grileiro. Por seis vezes o Sindicato denunciara à Polícia as intenções criminosas do pecuarista, sem que nenhuma providência fosse tomada.

16 out. — Tony Vicente Seabra, posseiro do município de Coribe, foi assassinado por questões de terras.

20 out. — Júlio Vieira de Lima, posseiro do município de Itapicuru, teve sua casa queimada por policiais e pelo grileiro Agnaldo Cesar Nascimento

23 out. — Inácio T. dos Santos, posseiro do município de Alagoinhas, foi assassinado por questões de terras.

24 out. — Por apoiarem a luta de dezenas de posseiros ocupantes de terras devolutas no município de Boa Vista do Cupim, dirigentes do Sindicato local foram ameaçados de morte pelo capataz da Fazenda Canabrava, de propriedade do português Antônio Teixeira. O capataz prometeu "trazer os corpos dos dirigentes para a cidade, amarrados, ou abandoná-los na mata".

26 out. — Manoel Cirilo dos Santos, posseiro de Wenceslau Guimarães, foi assassinado por questões de terras.

30 out. — José Pereira de Souza, posseiro da localidade Mutum, município de Santa Maria da Vitória, foi assassinado e teve um de seus filhos baleado, por questões de terras, pelo fazendeiro José Ferreira da Silva.

19 nov. — Osvaldo e Juvêncio Dias de Santana, posseiros da localidade de Boa Vista do Procópio, município de Barra, foram ameaçados de morte pelo fazendeiro Leão Diniz de Souza Neto, a quem eles acusam como mandante do assassinato de seu pai, no ano passado. Impune, o fazendeiro estende suas perseguições e ameaças a dezenas de famílias de posseiros da área.

20 nov. — No município de Teixeira de Freitas, 70 trabalhadores foram arbitrariamente presos, durante uma concentração promovida por diversos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região, com o objetivo de reivindicar a Reforma Agrária.

05 dez. — João F. dos Santos e Hildo Fortunato, posseiros do município de Prado, foram assassinados em conflitos de terras.

20 dez. — Reinaldo Osmar e Paulo Lourenço, juntamente com outros 6 posseiros da localidade denominada "Área do Braço", em Canavieiras, tiveram suas casas incendiadas e saqueadas por jagunços do grileiro Hélio Nascimento, com o apoio de 4 soldados da Polícia Militar. Esses dois posseiros já haviam sido presos em novembro, pelo Delegado de Polícia de Canavieiras, que os ameaçou, então, de queimar suas casas.

— Ceará —

18.jan. — Em Caridade, alguns trabalhadores da Fazenda Santo Antônio foram impedidos de viajar para Fortaleza, onde iriam denunciar as arbitrariedades de que vêm sendo vítimas as 42 famílias que ali vivem, pelo Coronel ou Major Renê, delegado de polícia, e 7 policiais, que diziam cumprir ordens do Secretário de Segurança do Estado, Coronel Assis Bezerra. Além de prenderem os trabalhadores, o Major Renê, seus soldados e o gerente da Fazenda percorreram todas as casas de moradores, apreendendo armas de caça e instrumentos de trabalho

abr. — Por sua atuação em defesa dos trabalhadores rurais do município de Carius, o Presidente do Sindicato local, companheiro José Luiz de Souza, foi vítima de atentado. Pistoleiros, fortemente armados, atiraram repetidas vezes contra sua casa, pondo em risco a sua vida e a de seus familiares.

abr. — Por sua atuação em defesa dos trabalhadores rurais do município de Carius, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, José Luiz de Souza, foi vítima de atentado. Pistoleiros, fortemente armados, atiraram repetidas vezes contra sua casa, pondo em risco a sua vida e a de seus familiares.

mai. — Em Quixeramobim, na Fazenda Teotônio, pertencente ao grupo Edson Queiroz (Gás Butano), policiais utilizando uma camioneta da Empresa, fortemente armados de rifles e revólveres, invadiram a casa do trabalhador Antônio Ferreira, conhecido por Sitinho, que se encontrava gravemente doente. Arrastaram-no para fora e, depois de ameaçá-lo de morte, o levaram preso para a delegacia de polícia local, onde permaneceu por algumas horas. Os policiais responsáveis pela violência foram Pedro Leorne, que se dizia da Secretaria de Segurança Pública, e os soldados conhecidos por Edmundo e Freitas, do destacamento da cidade. Trata-se de mais um episódio da tentativa dos proprietários de expulsarem de suas terras as 150 famílias de trabalhadores rurais que ali moram e trabalham.

jun. — Em Guaraciaba do Norte, o trabalhador rural Salustiano Alves de Sousa, do Sítio Santo Amaro, teve sua casa cercada pela polícia e por jagunços, suas plantações destruídas, sendo a seguir preso, por ter-se recusado a pagar, juntamente com outros moradores, a renda extorsiva que lhes vinha sendo cobrada pelo pretensão dono, Francisco Soares Furtado, dispondo-se a pagar apenas o que estava estipulado no Estatuto da Terra.

jun. — Em Carnaubal, vários trabalhadores foram presos e ameaçados de morte pela polícia do destacamento de Tianguá, por regriarem contra a grilagem das terras de 25 famílias, por Uibratã Botelho, dono da Empresa de ônibus "Brasileiro", derubando cercas. O mesmo tratamento foi dado aos dirigentes e advogados do Sindicato local e ao representante da FETRAECE que procuraram defender os trabalhadores.

21 ago. — Em Train, na Fazenda Salgado do Nicolau, o delegado sindical José Carneiro Filho foi agredido e ameaçado de morte, pelos pistoleiros conhecidos como Raimundo Souza e Rogério, quando tentava realizar uma reunião com 300 famílias de trabalhadores que ocupam terras daquela propriedade e das Fazendas Vieira dos Carlos e Tijipió. Atuando sob os ordens do grileiro Raimundo Osvaldo, os jagunços vêm implantando um clima de terror na região. No dia 21 de agosto, acompanhados de policiais, além de ameaçarem de morte as famílias da comunidade, ainda prenderam os trabalhadores Francisco Rodrigues Neto e Pedro Paulo de Sousa, por reagirem contra a construção de uma barragem no fundo de suas posses, que viria prejudicá-los.

set. — Em Coreaú, 12 trabalhadores da Fazenda Queimadas foram intimados a comparecer à delegacia de polícia, onde receberam ameaça de prisão e morte caso continuassem na terra em que vivem e trabalham, objeto de cobiça dos grileiros Luiz Carneiro de França e Luís Mariano de Aguiar. Os trabalhadores estão respondendo a inquérito policial.

out. — Em Pentecoste, o trabalhador rural José Luiz Nogueira, de 60 anos de idade, foi surrado com cabo de aço pelo fazendeiro conhecido como Didi Braga e seu capanga José Bastos, vulgo Sarapatel. Na mesma ocasião, os agressores invadiram a casa de outro trabalhador, Vicente Costa Cruz, querendo atirar em seu filho, Antônio Célio dos Santos Nogueira, e ameaçando de morte a Sra. Ana Cruz de Sousa. Em seguida, denunciaram os trabalhadores à polícia, fazendo com que essa sequestrasse, ilegalmente, diversos bens de Vicente Costa, contando com todo o apoio do delegado de polícia, Bacharel Francisco Gomes de Paula. As agressões foram motivadas pelo protesto feito por aqueles trabalhadores rurais ao DNOCS, por estarem tendo que pagar renda aos fazendeiros da área, tendo pedido, então, que as terras ocupadas por Didi Braga, José Parai-bano e Pretinha fossem divididas em lotes e entregues aos agricultores menos favorecidos.

— Paraíba —

12 ago. — Margarida Maria Alves, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, foi barbaramente assassinada, a tiros, na porta de sua casa. Intransigente na defesa dos direitos dos trabalhadores, Margarida chegara a conseguir, na Justiça, a readmissão de alguns companheiros sumariamente demitidos. Em 82, fora agredida por José Mil, filho do dono do Engenho Miranda. Pouco antes de ser assassinada, fora ameaçada por Agnaldo Veloso Borges, proprietário da Usina Tanques.

— Pernambuco —

2 mar. — Ananias Oliveira da Silva, trabalhador do município de Barreiros, foi assassinado pelo administrador do Engenho Una. O crime insere-se num quadro de violências que têm por objetivo amedrontar os trabalhadores e fazê-los desistir de lutar pelo cumprimento do Dissídio Coletivo.

17 mar. — José Francelino Gomes, trabalhador do Engenho Jacundé, município de Ferreiros, sofreu atentado por parte do patrão, José Barbosa Pereira Filho, que disparou 4 tiros contra sua casa, com o objetivo de fazê-lo deixar o Engenho sem questionar seus direitos trabalhistas.

19 mar. — Antônio Pedro da Silva, trabalhador do Engenho Taquarinha, município de Maraiá, sofreu tentativa de assassinato pelo dono do referi-

do Engenho; por tê-lo denunciado junto ao Sindicato e à FETAPE, pela invasão e destruição de seu roçado.

Mar. — No Engenho Barra Velha, em Barreiros, de propriedade do Prefeito Municipal, foi violentamente espancado, pelo administrador, o trabalhador Antônio Cândido Louço, por exigir o cumprimento do Dissídio Coletivo.

14 abr. — José Jeremias de Andrade, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ferreiros, denunciou à Secretaria de Segurança Pública e à DRT daquele Estado, o usineiro José Barbosa Pereira Filho, por ameaças de espancamento e morte.

25 abr. — Severino Pereira de Souza, da Fazenda Caxangá-Veículos, município de Paudalho, sofreu atentado, através de 2 tiros disparados contra sua casa.

mai. — No Engenho Fortaleza, município de Lagoa de Itaenga, de propriedade da Usina Petribu, foram violentamente espancados, a cipó de boi, e mantidos em cárcere privado, os trabalhadores José da Silva e Severino Ribeiro da Silva. O delegado sindical João Correia de Santana teve que se refugiar no Sindicato para não ser morto. Ele e sua sogra tiveram suas lavours destruídas. Ainda nesse mesmo Engenho, o trabalhador João Severino Santana foi espancado pelo próprio senhor de engenho.

No engenho Petribu-I, da mesma Usina, o trabalhador Reginaldo da Silva também foi espancado, enquanto outros 40 foram expulsos sob a ameaça de armas.

15 ago. — Josias Paulino, delegado sindical do município de Ibitimir, foi assassinado em seu roçado, na presença de dois trabalhadores menores, por 6 pistoleiros. Josias liderava a luta de 100 famílias que durante dezenas de anos ocuparam, sem ser molestadas, as terras de Ângelo Gomes de Lima. A partir de 78, com a morte do fazendeiro, seus herdeiros, principalmente a sobrinha Rita Gomes de Lima, passaram a pressionar os posseiros. Houve omissão das autoridades locais com relação à apuração do crime. A forte pressão do Movimento Sindical de Pernambuco levou a Secretaria de Segurança a designar um delegado especial para atuar no caso. Em 28 de outubro último, o Delegado Regional de Polícia de Serra Talhada pediu a prisão preventiva de Rita Gomes de Lima; Manoel Cordeiro de Lima; Osvaldo Gomes de Lima; Zezuel Bezerra Torres; e João da Silva, respectivamente, como mandante e executores do assassinato de Josias Paulino. Todos continuam em liberdade.

24 a 26 set. — No decorrer da greve dos 250 mil canavieiros de Pernambuco, cuja legalidade foi reconhecida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais denunciou numerosos casos de violência contra dirigentes e trabalhadores. O direito de paralisação, o aliciamento pacífico, a propaganda da greve e a proibição de contratar trabalhadores para substituir os grevistas, todos direitos garantidos pela Lei de Greve, foram desrespeitados pelos patrões em toda a Zona da Mata, mediante o uso da violência, através de jagunços ou de milícias privadas.

O fato mais grave foi o assassinato do trabalhador Amaro Vicente da Silva, no Engenho Poço, município de Palmares, pelo administrador Amaro Francelino. O trabalhador assassinado era bastante visado pelo administrador, porque costumava orientar seus companheiros a entrarem na Justiça

com ações trabalhistas. Além deste crime, registraram-se as seguintes ocorrências:

— No Engenho Petribu-I, em Lagoa de Ataenga, o administrador, acompanhado de capangas, tentava forçar os canavieiros a trabalhar. No mesmo município, no Engenho Fortaleza, capangas armados impediram a entrada dos dirigentes do Sindicato.

— José Geraldo Carneiro, dono do Engenho Bom Jardim, no Cabo, atirou contra o carro do Sindicato, obrigou o Secretário, José Américo Firmino, e o motorista a deixarem o veículo e os espancou.

— No Engenho Pinto, município de Moreno, da Fábrica de Bebidas Pitu, um dos proprietários usou a Polícia e capangas para forçar os trabalhadores a trabalhar; no Engenho Cumaru, 8 trabalhadores foram obrigados, sob a mira de armas, a encher um caminhão de cana; e, no Engenho Bugaú de Baixo, o proprietário, Manoel Albuquerque Maranhão, ordenou a seus capangas que atirassem no carro do Sindicato, caso entrasse no Engenho.

— No Engenho Anassuna, município de Joaquim Nabuco, o delegado sindical José Benedito da Silva e os trabalhadores José Emídio Diniz e Amaro Miranda foram espancados pelo fiscal da Usina e por um agrônomo, bem como ameaçados de morte.

— No Engenho Jaguaré, em Serinhaém, o fiscal tentou impedir, à força, a entrada dos dirigentes sindicais.

— No Engenho Cachoeira Tapada, município de Escada, o administrador e o cabo de engenho forçaram trabalhadores clandestinos a trabalhar sob a mira das armas. A funcionária do Sindicato, Socorro dos Santos, foi ameaçada de morte.

— No Engenho Pindoba, em Carpina, Pedro Correia ameaçou os trabalhadores para fazê-los voltar ao trabalho.

— Geraldo Guerra, dono do Engenho Caraúbas, em Paudalho, impediu a entrada de dirigentes sindicais. Depois, ele e seus capangas atiraram contra a casa do Secretário do Sindicato, João Eurico, onde se encontravam reunidos outros trabalhadores.

17 Nov. — Na localidade Serra da Pimenta, município de Ibitimir, o gerente da Fazenda Várzea Comprida, juntamente com um fazendeiro vizinho, atearam fogo às cercas de 13 trabalhadores rurais, destruindo, ainda, dois barracos, benfeitorias e outros bens. Ambos agiram sob os ordens do dono da Fazenda Várzea Comprida, cujo objetivo é expulsar de suas terras todas essas famílias.

— Piauí —

16 Jul. — Na localidade de Cabeceiras, município de Esperantina, foi queimada a casa do trabalhador Francisco Chagas Sousa, a mando do fazendeiro Matias Olímpio de Melo, que vem usando de todo o tipo de violências e ameaças para expulsar de suas terras centenas de famílias que trabalham na produção do coco babaçu.

17 Set. — Queimada, pela segunda vez, a casa do trabalhador Francisco Chagas Sousa, a mando do mesmo fazendeiro. Desta feita, foram incendiadas, também, as casas do pai e do cunhado de Francisco, Raimundo Rodrigues de Sousa e Fernandes Santos. Posteriormente, em 23 de novembro, Francisco tentou reconstruir sua casa, mas foi impedido pelo encarregado da propriedade, João Júlio, que ameaçou mandar queimá-la outra vez.

20 Set. — O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperantina, Lourenço Moura de Oliveira, foi ameaçado de espancamento e morte pelo delegado de polícia local, na presença de teste-

munhas, por ter-se recusado a assinar acordo pelo qual 4 famílias de trabalhadores abririam mão, sob coação, de qualquer indenização por seus roçados, na Fazenda da propriedade Maria Miguel.

6 Out. — Em Esperantina, o fazendeiro Matias Olímpio de Melo voltou a investir contra as famílias da localidade de Cabeceiras, juntamente com um sobrinho e capangas. Todos embriagados, fizeram disparos de revólver contra as casas de várias famílias de trabalhadores, entre os quais, Cesário e Chico Cavalheira.

22 Out. — Em Curral Grande, município de Esperantina, o fazendeiro Matias Olímpio de Melo queimou a casa de um dos moradores de sua fazenda, o trabalhador José Alberto, enquanto este e a família dormiam. Não houve vítimas, mas todos os pertences do trabalhador foram destruídos. Dias antes, José Alberto tinha recebido um bilhete ameaçando queimar-lhe a casa.

— Rio Grande do Norte —

— Na localidade de Morro Pintado, município de Areia Branca, o grileiro José Fernandes de Queiroz, acompanhado de capangas armados, destruiu cercas e se apossou de benfeitorias de 16 famílias de posseiros. Diante da resistência dos trabalhadores, o grileiro ameaçou-os de morte caso continuassem na área, passando a tentar intimidá-los com tiros.

— Em Lagoa do Pato, município de Touros, 9 famílias de trabalhadores foram vítimas de violência por parte de João Dinarte Patriota, cujo objetivo era expulsá-las. Os trabalhadores Cícero Malaquias e Rivaldo Malaquias foram ameaçados de morte. A casa do trabalhador José Rosalino foi invadida e sua família correu risco de vida pelos vários tiros disparados nas portas da casa. Moradores da área tiveram suas benfeitorias destruídas.

— Em Baraúnas, localidade denominada Fazenda Florêncio, 14 famílias de arrendatários ocupavam-se em cercar suas terras, quando foram surpreendidas pelo Delegado de Polícia local, acompanhado de 2 soldados, que os proibiu de continuarem a cerca e queimaram as que já estavam construídas. A Polícia agiu a mando do fazendeiro Hugo Freire Pinto, que tencionava expulsar os trabalhadores de suas terras.

4 Jan. — João Hilário Avelino, trabalhador do município de Ceará-Mirim, foi ameaçado de morte pelo fornecedor de cana, Magnus Praxedes Barreto, por ter exigido o cumprimento de direitos trabalhistas.

21 Fev. — Durante uma audiência trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento de Natal, o Presidente e o advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceará-Mirim foram ameaçados de morte pelo fornecedor de cana Magnus Praxedes Barreto.

3 Mar. — Retornando de uma reunião sindical em Ceará-Mirim, ao passarem diante da fazenda de Magnus Praxedes Barreto, 3 assessores da FETARN tiveram o carro em que viajavam apedrejado. Em consequência, o assessor Sebastião da Silva foi atingido seriamente em uma das vistas.

13 Ago. — Antônio Godinho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Augusto Severo, foi ameaçado de morte pela família Costa Brito, que está tentando expulsar da localidade de Poço Redondo cerca de 20 famílias, para poder explorar uma jazida de minérios. Desconsiderando o fato de as famílias terem mais de 30 anos de ocupação das terras, muitas delas com título de propriedade, a Justiça concedeu liminar em favor da família Costa Brito.

29 Ago. — Júlio Terto Moura, Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jucurutu, Rio Grande do Norte, foi propositalmente atropelado pelo fazendeiro Janúncio Medeiros Neto, em plena praça da cidade. Desde 1982, o fazendeiro disputa com 24 famílias desalojadas de suas terras, para a construção da Barragem de São Rafael, no vale do Açu, uma área na localidade Mutamba. Após o atentado, o Delegado de Polícia desapareceu da cidade e seu substituto recusou-se a abrir inquérito contra o fazendeiro.

Out. — Durante a greve dos 30 mil canavieiros do Rio Grande do Norte, deflagrada em total obediência à Lei de Greve, constataram-se diversos casos de violência, bem como a presença ostensiva da Polícia em quase todos os 13 municípios envolvidos.

— Em Goianinha, a Polícia interceptou um carro da Federação, obrigou os dirigentes e funcionários a ficarem de mãos para cima, para serem revistados, e apreendeu o material de divulgação da greve. Nesse mesmo município, a própria Polícia encarregou-se de transportar os trabalhadores para dentro das fazendas, com o objetivo de forçá-los a trabalhar.

— Em Ceará-Mirim, o fazendeiro Magnus Praxedes Barreto, juntamente com seu pai, Manoel Barreto, ameaçou de morte o Presidente do Sindicato de São Gonçalo do Amarante, ao Presidente e ao Tesoureiro do Sindicato Ielmo Marinho. Na fazenda Coqueiro, houve tentativa de atropelamento contra companheiros que faziam o trabalho de mobilização dos trabalhadores.

— Na Usina Estivas, município de Arês, os trabalhadores foram obrigados a trabalhar sob ameaça de metralhadoras.

— Em São José do Mipibu, a Polícia recolheu todos os instrumentos de trabalho dos canavieiros, enquanto os capangas das usinas permaneciam armados.

Dez. — Marcos Roberto de Oliveira Cavalcanti, pretensão proprietário da Fazenda Diamante, situada em Ceará-Mirim, acompanhado de pistoleiros fortemente armados, invadiu as posses de 35 famílias de posseiros, destruindo-lhes todas as lavouras e benfeitorias e ainda as ameaçando de morte. Todas as famílias possuem entre 15 e 30 anos de trabalho na terra.

7 Dez. — José Ferreira Duarte, trabalhador do Engenho Carnaubal, em Ceará-Mirim, teve sua casa arrombada e invadida pelo patrão, Ary Alecrim Pacheco, e seus 3 capangas. O trabalhador e sua esposa tiveram que fugir para não serem surrados. O patrão fora condenado, pela Justiça, ao pagamento de indenização e outros direitos trabalhistas sonogados.

13 Dez. — Magnus Praxedes Barreto, fornecedor de cana em Ceará-Mirim, e também Delegado de Polícia subordinado à Secretaria de Segurança Pública do Estado, já bastante conhecido por suas violências contra trabalhadores e dirigentes do município, agrediu, a socos e ponta pés, um de seus empregados, Francisco Canidê do Nascimento. Depois, acompanhado de 2 capangas, jogou o trabalhador numa caminhonete, levando-o para a Delegacia de Polícia local.

REGIÃO CENTRO-OESTE

— Goiás —

25 Fev. — Na localidade Centro dos Macacos, município de Tocantinópolis, a Polícia Militar de Araguaína, invadiu a casa do trabalhador Guardiano de Souza Nascimento, de 77 anos, espancando-o violentamente Rufino Correia Coelho, de 23 anos,

ao acudir os gritos de socorro do ancião, foi morto a tiros. A Polícia queria obrigar o velho trabalhador a dizer onde estavam escondidos os posseiros João Celino Moraes de Souza e João Alexandre, suspeitos de terem matado o jagunço Coriolano da Silva, na Fazenda Extrema, município de Nazarê, distante 19 Km de Constantinópolis. O jagunço Coriolano, que agia sob as ordens da grileira Odíssia Conceição de Fátima, foi morto ao tentar incendiar o rancho de mais um posseiro. Dias antes, fizera o mesmo com a casa do trabalhador Aldenor Rodrigues.

Ao serem presos, os dois posseiros acusados da morte do jagunço sofreram toda sorte de violência para se confessarem culpados.

10 Mar. — Assassinado na Fazenda Boa Esperança, município de Itaboraí, o trabalhador Tarcísio Satil Medeiros, pelo fazendeiro Antônio Inácio da Costa. Há 5 anos Tarcísio mantinha, na Justiça, uma questão contra o fazendeiro, que tudo fazia para expulsá-lo das terras.

20 Set. — Belmiro Antônio Filho, parceiro na Fazenda Baú, município de Niquelândia, de propriedade de Joaquim Ribeiro Assunção, foi assassinado pelos filhos do fazendeiro: Edmar Ribeiro Assunção e Joaquim Ribeiro de Assunção Filho. Ameaçado de despejo pelo patrão, o trabalhador lutava por seus direitos na Justiça, assistido pela FETAG-GO.

— na fazenda São João, município de Porto Nacional, 100 famílias, com mais de 20 anos de ocupação da terra, estão sendo perseguidas e ameaçadas de morte pelos jagunços do grileiro Walter Rodrigues Gomes. Houve derrubada de cercas, queima de casas e lavouras.

— Na Fazenda Marimbondó, município de Araguaína, posseiros, com mais de 30 anos de moradia e trabalho efetivo na terra, foram forçados a assinar papéis em branco, e, posteriormente, ameaçados de morte e intimados a depor na Polícia Federal.

— O Presidente do Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Babaçulândia, Odorico Damas de Souza, foi seqüestrado, torturado e mantido em cárcere privado pelo grileiro Raimundo Souza Costa, por defender os direitos de 400 famílias com mais de 30 anos de ocupação da terra e por ele ameaçadas de expulsão.

— Na localidade de Lagoa Seca, município de Barro Alto, o trabalhador Tomás Cardoso da Silva, 78 anos, nascido e criado na área, foi expulso e teve sua casa queimada e suas lavouras destruídas pelo grileiro Jairo de tal.

— Na Fazenda São João, município de Montes Claros de Goiás, os grileiros Fausto Vieira Barbosa e Balsem Alves de Souza vêm praticando uma série de violências contra 14 famílias de posseiros que ocupam 860 dos 5 mil alqueires da fazenda. Jagunços incendiaram barracos e destruíram plantações; envenenaram as águas dos riachos, matando a criação. Os posseiros foram expulsos, a tiros de metralhadoras, por jagunços e policiais. Dois posseiros foram presos, acusados de terem atirado num jagunço. Houve despejos anteriores: em 81, um posseiro foi seqüestrado e uma mulher estuprada na presença da própria mãe, por 3 jagunços. Retornando à área, foram novamente expulsos em 83, quando numerosos trabalhadores sofreram espancamento e tiveram seus ranchos e plantações totalmente destruídos. Todos possuem direito de posse concedido pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás — IDAGO.

— No município de Bela Vista, o trabalhador Enéias Santos dos Reis foi torturado e ameaçado de prisão, sob a acusação de ter roubado 8 alqueires de feijão de Hélio Teixeira, da Fazenda Boa Vista, para quem trabalhava na base da empreitada. Em conse-

quência das violências sofridas, o trabalhador padece, até hoje, de fortes tonteados e dores de cabeça.

— O Presidente do Sindicato de Santa Helena está ameaçado de morte por fazendeiros da região, por defender direitos dos trabalhadores canavieiros do seu município.

— No município de Uruana, 3 trabalhadores foram ameaçados de morte pelos patrões, por reivindicarem seus direitos na partilha da roça. Nesse mesmo município, o trabalhador Ormesino Pereira dos Santos e sua família foram expulsos de casa por desconhecidos, que desfecharam 30 tiros contra sua residência, isto por ter o trabalhador reclamado seus direitos trabalhista, depois de despedido.

— Em Maurilândia, a FETAG-GO e os Sindicatos de Santa Helena e Acreúna constataram e denunciaram a prática de escravidão branca por parte do fazendeiro José Ribeiro Mendonça, envolvendo 209 trabalhadores, trazidos da Bahia e do Maranhão. Com a intervenção do Movimento Sindical, os trabalhadores retornaram a seus Estados de origem.

— No município de Natividade, o posseiro José Honorato foi ferido num choque com jagunços de grileiros do nordeste de Goiás e que vêm agindo na região. O padre Francisco Glory sofreu atentado, enquanto um jagunço morreu em enfrentamento com os posseiros.

— Na localidade de Taquari, município de Porto Nacional, o trabalhador João José de Carvalho, 56 anos, 14 filhos, foi assassinado, a tiros, por grileiros que tentam expulsá-lo de uma área de 25 alqueires onde trabalha há 18 anos.

— No município de Araguaçu, o trabalhador Lourenço Cardoso da Silva, foi assassinado a tiros, por jagunços dos grileiros paulistas Manoel Garcia e José Garcia, interessados em apossar-se de terras da região.

— Mato Grosso —

Jul. — Custódio Fidélis de Lana, posseiro do município de Jauru, foi baleado e sequestrado em sua casa por pistoleiros a mando da Agropecuária Mirassol, que ainda espancaram sua esposa. Por exigência da população de Jauru, a Polícia foi à Fazenda Mirassol. Ali encontrou o trabalhador, morto, com mais de 30 perfurações a bala e as orelhas decepadas. O mesmo grupo já agredira, dias antes, outro posseiro da área, Vantuir Oliveira. A Polícia constatou, na Fazenda, a existência de 4 metralhadoras, numerosas carabinas e farta munição. Inexplicavelmente, os 4 pistoleiros presos no local do crime foram liberados 12 horas depois.

Ago. — Numa área pretendida pela Agropecuária Piraguassu S/A, pertencente ao Grupo Yanmar Equipamentos Agrícolas, em Luciara, 24 famílias, foram violentamente expulsos por policiais acompanhados de jagunços, em cumprimentos a um mandado judicial. Todos os ranchos e plantações foram destruídos. Alguns posseiros foram obrigados, sob ameaça de armas, a atearem fogo em suas próprias casas. A repressão policial visava, sobretudo, o ex-delegado sindical João da Angélica e a posseira Raimunda Ventura da Silva.

9 Nov. — Em Rio Sabino, Porto Alegre do Norte, município de Luciara, cerca de 10 pistoleiros, comandados por José Antônio de Souza, jagunço de Uberaba (MG), conhecido como "Velho Juca", dispararam contra a casa do posseiro Raimundo José Araujo, onde se encontravam sua mulher e filhos menores. Na mesma ocasião, os pistoleiros impediram o posseiro Miguel Gonçalves da Costa de continuar seu serviço e derrubaram, com moto-serra, a casa do posseiro Cantídio Lopes. Dois dias depois, investiram contra o trabalhador Pedro Gonçalves

Costa e tomaram a casa e a posse de Afonso Ribeiro da Cunha, de onde passaram a dirigir suas operações contra os demais trabalhadores da área, implantando um verdadeiro clima de terror. Os pistoleiros estavam a serviço das Fazendas Reunidas Nova Amazônia S/A — FRENOVA, do grupo Medeiros, de São Paulo, que, entre outros empreendimentos, está implantando duas destilarias de álcool na região.

23 Nov. — Na mesma localidade de Rio Sabino, Porto Alegre, do Norte, município de Luciara, houve o desaparecimento do posseiro José Octacílio Cavalcante, conhecido como "Zé dos Cachorros". Em sua residência, de onde ele foi seqüestrado, constataram-se sinais de violência. Ao que tudo indica, foi assassinado pelos pistoleiros da FRENOVA.

3 Dez. — Em Porto Alegre do Norte, foi encontrado o corpo do trabalhador Ailton Pereira Chavieir, sem o couro cabeludo e sem as orelhas, à margem da estrada que leva à sede da FRENOVA. Trata-se de mais uma, na seqüência de violências que tem sacudido a região de Rio Sabino e que a FRENOVA vem tentando grilar.

8 Dez. — Um forte contingente da Polícia Militar, com quase 30 homens, comandados pelo Capitão Acir e pelo Delegado regional Inácio Túlio da Silva, investiu contra os posseiros de Canabrava, município de Luciara, espancando pessoas, invadindo casas, apreendendo armas, instrumentos de trabalho e outros pertences dos trabalhadores. Obrigaram toda a população do patrimônio a sentar-se na praça, ouvir ofensas e um discurso contra o Sindicato e a Prelazia locais. A seguir, levaram 9 posseiros presos. O motivo da agressão policial foi o de terem os posseiros, na véspera, reagido ao ataque armado, de jagunços a serviço da Agropecuária Piraguassu, que está tentando grilar suas terras, matando um dos pistoleiros e prendendo o motorista e o gerente da Fazenda.

REGIÃO CENTRO-SUL

— Minas Gerais —

Set. — Em Cachoeirinha, município de Varzelândia, 8 posseiros foram presos ao tentarem reocupar a área que lhes havia sido tomada em 1967, pelo grileiro Georgino Jorge de Souza. Desde então, os posseiros vinham tentando retomar suas antigas terras que foram desapropriadas pelo Governo Estadual.

Out. — Em Chaveslândia, município de Santa Vitória, 150 famílias foram retiradas à força, pela Polícia, das terras da CEMIG que haviam ocupado depois de várias gestões do Sindicato junto ao Governo do Estado, sem resultado, no sentido de que essas terras e as da Fazenda Saída, do Governo Estadual, ocupadas por latifundiários, fossem liberadas para que os trabalhadores as ocupassem produtivamente. Houve prisões e interrogatórios durante o despejo.

— Rio de Janeiro —

31 Març. — Assassinado na Fazenda Tipity, 3º distrito de São João da Barra, o trabalhador Jotacy Teixeira da Silva, pelo administrador Arnaldo Garcia. Desde 1979 o Movimento Sindical vinha denunciando casos de violência na referida Fazenda, de propriedade do Barão Ludwig Kummer. Jotacy era parceiro na Fazenda há 25 anos.

9 Mai. — Na localidade de Areia Branca, município de Cachoeiras de Macacu, área que vem sendo disputada na Justiça por numerosas famílias de posseiros e pelos grileiros Mokichi Pakaoka e Cabral, foram presos pela Polícia Federal, os trabalhadores: Francisco Felipe da Silva; Altino Felipe da Silva; Arlindo de Lima; Casimiro Felipe da Silva;

Antonio Francisco dos Santos; Aldair Cordeiro de Lima; Fidelino Gaspar da Conceição; Sebastião Francisco Fidelício; Manoel Messias da Silva Moraes; José Cordeiro de Lima e Gilberto Brito dos Santos. A prisão foi efetuada por ordem do Juiz da Comarca, Dr. Antônio Sbrano, em atendimento à denúncia do grileiro Cabral.

REGIÃO SUL

— Mato Grosso do Sul —

5 Ago. — Assassinado na Fazenda Junqueira, em Eldorado, o delegado sindical Clemente Francisco de Oliveira, que vinha liderando a luta de 30 famílias de arrendatários ameaçados de expulsão pelo proprietário Eduardo Junqueira. Um dos empregados do fazendeiro é apontado como criminoso. Há 2 meses o Sindicato local entrara na Justiça com uma ação contra o fazendeiro, por ter ele fechado a porteira da Fazenda.

— Santa Catarina —

29 Jun. — No município de Anita Garibaldi, foi assassinado o trabalhador Antônio Montemezzo, pelo ex-patrão, Abitino Barbosa Ramos. Expulso das terras onde trabalhara durante dois anos, por um salário de 2 mil cruzeiros mensais, Antônio enfrentou as ameaças do patrão e recorreu à Justiça para reclamar seus direitos. O assassinato deu-se dois dias antes da audiência na Justiça, quando o trabalhador retornou à cidade para pedir o testemunho de alguns companheiros.

— São Paulo —

31 Out. — Em Capão Bonito, foi baleado o trabalhador rural Onofre Soares de Lima, pequeno proprietário, quando enxotava animais que pisoteavam sua plantação. O autor dos disparos, Sinésio Teodoro de Lima, é empregado do fazendeiro Placidino Batista da Silveira, com quem Onofre vinha tendo problemas de divisa de terras há algum tempo.

1984

REGIÃO NORTE

— Maranhão —

6 a 29 Jan. — Em Caxias, 6 homens armados invadiram o povoado Central, atirando para o ar e instalando um clima de terror que se prolongou por todo o mês de janeiro. No dia 24, destruíram cercas de lavouras dos trabalhadores; no dia 29, atearam fogo às casas dos posseiros Sebastião e Alipe. Mais de 70 famílias já abandonaram a área, por conta da grilagem de Romero Maranhão.

12 Jan. — Na Vila Sarney Filho, município de São José de Ribamar, foram assassinados, por questões de terras, os posseiros Dalvíni Severino e Mateus Loyola, pelos indivíduos Valter e Ari de tal.

22 Jan. — Na localidade Juçaral, Data Bacabalzinho, município de Lago Verde, foram assassinados Bento Alves da Silva e seu sogro Júlio Pinto, pelo fazendeiro Corcino Gabriel Ramos. Dizendo-se proprietário da área — 200 hectares — desde 1980, o fazendeiro vem tentando, por todos os meios, expulsar 50 famílias de posseiros que ali vivem e trabalham há vários anos, inclusive os trabalhadores assassinados, que estavam na terra há 9 anos. Documento do Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, em resposta ao telegrama de denúncia dos assassinatos enviado pela CONTAG, confirma as acusações contra o fazendeiro, mas ressalta que a delegacia de polícia local não tomou providência para abertura de inquérito por não ter recebido denúncia dos familiares das vítimas.

29 Jan. — Assassinado o líder sindical Cantídio Diniz, que liderava a luta de 200 famílias de posseiros dos povoados de Macaco, Juazeiro, Boa Vista, Lagoa do Honorato, Careca, Serrinha e Lagoa do Ferreira, todos no município de Joselândia São famílias com mais de 30 anos na terra e que, desde 1974, vêm resistindo às tentativas de expulsão por parte da família Teixeira.

31 Jan. — Roque Castro, posseiro da localidade de Juçaral, município de São Vicente de Ferrer, foi assassinado por questão de terras.

24 Fev. — No povoado de Piquiá, município de Açailândia, foi assassinado, por questão de terras, o posseiro Pitanguá Souza Nascimento.

25 Fev. — Na Fazenda Sapucaia, povoado Aparizal, no município de Santa Luzia, foram assassinados o posseiro Benedito Raquel Mendes e um de seus filhos, pelo proprietário e um pistoleiro.

29 Fev. — Assassinado o líder sindical José Machado, no município de Pio XII, por um pistoleiro não identificado. O trabalhador liderava a luta de 100 famílias de posseiros ameaçadas de expulsão pelos grileiros Joaquim da Costa e Severo de tal.

Pará

23 Fev. — Assassinado o trabalhador rural Reginaldo Teles dos Santos, na Colônia São José dos Três Morros, lote 50, município de Conceição do Araguaia. A terra de Reginaldo vinha sendo cobrada pelo Dr. Antônio Coelho dos Santos. Na véspera de sua morte, Reginaldo tinha sido avisado de que o Dr. Antônio havia contratado um pistoleiro para eliminá-lo.

27 Fev. — Em Cajazeira, São Geraldo do Araguaia, município de Xinguara, o posseiro Josias da Silva Ferreira foi preso por elementos do GETAT e da Polícia Federal e conduzido, algemado, para a delegacia do GETAT de São Geraldo, onde passou a noite. Interrogado no dia seguinte, foi liberado. De volta a sua terra, foi outra vez ameaçado de morte por um certo Dr. Humberto, da Polícia Federal ou do SNI. As violências foram motivadas pelas reclamações feitas pelos posseiros contra o funcionário do GETAT, Tadeu, que chefia os trabalhos de medição da área.

18 Mar. — No bairro de Emerência, município de Conceição do Araguaia, dois elementos mascarados invadiram a casa de Valdemir Gomes de Farias, membro da chapa de oposição sindical. Os invasores torturaram a esposa de Valdemir, que estava ausente, e depois jogaram álcool sobre o seu corpo, ameaçando queimá-la viva caso não entregasse papéis do Sindicato que estariam em seu poder.

REGIÃO NORDESTE

— Alagoas —

Jan. — Assassinado o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viçosa, José Cícero de Lima. Aparentemente, o crime foi cometido por motivos pessoais, pelo então Secretário do mesmo Sindicato. Sabe-se, entretanto, que José Cícero vinha recebendo constantes ameaças de chefes políticos e fazendeiros locais por sua atuação firme em defesa dos trabalhadores. Consta que o criminoso refugiou-se na Fazenda de um proprietário que há alguns anos baleou José Cícero.

27 Fev. — Oito dias depois de ter sido o carro do Sindicato alvejado por tiros de rifle, dentro da cidade, foi baleado o Tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilar, Joel José da Silva. A única testemunha do crime, Benedito Nascimento Batista, foi assassinada algumas horas depois, en-

quanto dormia, em sua residência. O Tesoureiro do STR faleceu alguns dias depois, em consequência dos ferimentos.

1º Mar. — Em Novo Lino, 4 pistoleiros balearam o Tesoureiro do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Manoel Alves da Silva, na porta de sua residência. O dirigente foi hospitalizado com 4 balas calibre 38 no corpo. Segundo o Coronel Estevam Rego, Diretor do Departamento de Polícia do Estado de Alagoas, as balas eram destinadas ao Presidente do Sindicato, Manoel Felizardo dos Santos, afirmando existir um complô para liquidar aquele líder sindical. De fato, Manoel Felizardo vinha recebendo ameaças e havia sido procurado uma semana antes pelo mesmo grupo que baleou o Tesoureiro.

— Paraíba —

15 Fev. — Assassinado o trabalhador rural Antônio Nunes da Silva, em Dona Inês, na estrada que liga o Sítio Raimundo à sede do município. Antônio Nunes da Silva ocupava uma área de 2 hectares encravada na Fazenda de Raimundo Idalino, que o vinha ameaçando de expulsão desde setembro de 1983, apesar de o trabalhador ter recebido liminar garantindo a sua permanência na terra. Após o crime, o fazendeiro e a família abandonaram a área para destino ignorado.

27 Fev. — Cinco trabalhadores, representando 15 famílias da Fazenda Calabouço, município de Araruna, acompanhados pela FETAG-PB, pediram garantias de vida ao Secretário de Segurança Pública, em João Pessoa, por estarem ameaçadas pelo novo proprietário da Fazenda, Edmundo Cavalcanti e seu capangas. Ao procurarem o Delegado de Polícia do município, encontraram, em sua companhia, o proprietário. Depois de ouvirem agressões verbais do fazendeiro, os trabalhadores foram advertidos pelo Delegado de que tivessem cuidado e se "lembrassem do caso de Margarida Maria Alves" (Presidente do STR de Alagoa Grande, assassinada no ano passado), pois o mesmo poderia ocorrer com eles. Desde o início do ano passado que se desenvolve um conflito de terras naquela área, tendo o nosso Movimento Sindical pedido sua desapropriação por interesse social.

— Pernambuco —

10 Jan. — Assassinado no Engenho Caraúbas, em Paudalho, o trabalhador rural Antônio Rodrigues dos Santos, 72 anos e mais de 40 anos como morador do Engenho. Depois de se recusar a deixar o sítio e a morada, foi assassinado a tiros por um dos vigias da propriedade. Antônio Rodrigues dos Santos era sogro do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço da Mata e tio do Presidente do Sindicato de Paudalho.

1º Fev. — Inácio Francisco do Nascimento, trabalhador rural do Engenho Pedra, de propriedade da Usina Massauassu, município do Cabo, foi ameaçado de morte pelo administrador por protestar, junto com um grupo de companheiros, contra as tarefas acima do estipulado pelo Dissídio Coletivo.

2 Fev. — O fiscal do Engenho Araújo, de propriedade da Usina Bulhões, em São Lourenço da Mata, depois de ameaçar com um revólver o delegado sindical do Engenho, Antônio Alves Correia, ateou fogo à sede da delegacia sindical.

5 Fev. — No Engenho Petribu-II, da Usina Petribu, em Carpina, foi espancado o trabalhador Miguel Alcides, por exigir o cumprimento do Dissídio Trabalhista.

11 Fev. — Francisco Inácio da Silva, delegado sindical no Engenho Petribu-II, foi agredido, a cas-setetes e tiros, pelos vigias do referido Engenho.

22 Fev. — Ainda no mesmo Engenho Petribu-II, dois inspetores do Trabalho, que ali haviam comparecido para inspeção, foram impedidos e expulsos, a mão armada, pelos vigias do Engenho. No dia seguinte, acompanhados de agentes federais, voltaram ao Engenho e constataram as irregularidades denunciadas pelo Sindicato de Carpina.

— Piauí —

Em Esperantina, o fazendeiro Matias Olímpio de Melo, acompanhado de 3 capangas, queimou a casa do trabalhador Francisco Chagas Cavalheiro e de seu filho, João da Costa Cavalheiro, ameaçando expulsá-los das terras vivos ou mortos.

27 Fev. — Em Esperantina, o Delegado de Polícia local espancou o trabalhador Francisco Carvalho da Silva, o "Chico Longarista", dando-lhe murros na cara, nos peitos, pontapés, etc. e, a seguir, prendeu-o. O espancamento foi motivado por uma denúncia do fiscal da frente de emergência, Geraldo Santos e de seu pai, Joca Rafael, que três dias antes haviam agredido Longarista, que não aceitara ser cortado da folha de pagamento da frente.

Fev. — Preso em Esperantina, o trabalhador rural e pequeno comerciante Raimundo Gonçalves, acusado pelo proprietário Everardo Nogueira Aguiar, de comprar coco babaçu em sua quitanda sem passar por ele. O trabalhador permaneceu detido por 24 horas.

REGIÃO CENTRO-SUL

— Espírito Santo —

06 Fev. — Assassinado o trabalhador rural José Alves Martins, em Santa Tereza, por um pistoleiro que agiu a mando do fazendeiro Vitorino Damázio. José Alves tinha sido meeiro do fazendeiro até 1983, quando, devido às pressões que vinha recebendo para abandonar o imóvel sem qualquer indenização, propôs uma ação de rescisão de contrato de parceria contra o fazendeiro.

Fev. — Cartas anônimas acusam o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montanha, Verino Sossai, de "criar um clima de animosidade entre fazendeiros e trabalhadores" e de "se colocar contra a Montasa", e ameaçam explodir a sede do Sindicato.

— Minas Gerais —

Fev. — Descoberto um plano os fazendeiros de Santa Vitória para assassinar o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais local, Damião Canela do Nascimento.

REGIÃO CENTRO-OESTE

— Mato Grosso —

1º Jan. — Na Gleba California, município de Barra do Garças, 32 famílias de trabalhadores tiveram suas casas queimadas, roças destruídas, sofreram espancamentos e pressões por parte da Polícia Civil, a serviço de Wanderley Farias Santos, Presidente da Câmara Municipal; de Evaristo Roberto Cruz, Deputado Estadual, e Alípio Peres dos Santos. Todos são parentes do Vice-Governador do Estado de Mato Grosso.

08 a 15 Jan. — No lote 31, do Vale do Fica-Faca, próximo à Serra Azul, Rio Manso, o fazendeiro Otto Katevinkal, acompanhado de jagunços e policiais, atacaram, a bala, a casa do trabalhador Geraldo Braga. Como houve reação, o fazendeiro conseguiu em Cuiabá, junto à Secretaria de Segurança

Pública, um destacamento fortemente armado de revólveres, rifles, armas automáticas e até granadas, para "desarmar" os posseiros. Impossibilitados de reagir, dado a desproporção de forças, os posseiros, tendo à frente o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasilândia, entregaram-se. O Presidente do Sindicato e mais 02 posseiros foram levados, algemados, para Chapada, sendo liberados depois, por intervenção do Governador do Estado, pressionado pela FETAGRI, CONTAG e parlamentares.

22 Mar. — Um ônibus lotado de pessoas armadas invadiu o povoado de Borecaia, município de Água Boa, agredindo a população, ameaçando queimar as casas e coagindo os trabalhadores a assinarem documentos de desistência de posse. Dizendo-se da Polícia, os pistoleiros proibiram todos os moradores de ausentarem-se da localidade.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações (Pausa.)

Sobre a mesa comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Ofício nº 036/84 Brasília, 03 de abril de 1984.
Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que os Deputados José Maranhão e Theodoro Mendes foram indicados por esta Liderança para substituírem os Deputados Euclides Scalco e Marcelo Gato, respectivamente, na Comissão Mista encarregada do estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1983, que "Acrescenta às Disposições Transitórias para introduzir o regime de governo parlamentar".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Freitas Nobre, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Serão feitas as substituições solicitadas. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1983, que dispõe sobre a transformação do Congresso

Nacional em Poder Constituinte, de 1º de janeiro de 1985 a 30 de janeiro de 1987.

O Sr. Hélio Manhães — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. HÉLIO MANHÃES (PMDB — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é visível a falta de **quorum**. Requeiro a V. Exª a suspensão dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — É evidente que não há **quorum**; a Presidência vai suspender os trabalhos, atendendo à questão de ordem de V. Exª. Antes, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1983, que dispõe sobre a transformação do Congresso Nacional em Poder Constituinte, de 1º de janeiro de 1985 a 30 de janeiro de 1987.

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 55 minutos*)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Projeto de Lei nº 1.655, de 1983

Quadro comparativo do Projeto em tramitação no Congresso Nacional, com o Projeto de Código de Processo Penal remetido ao Legislativo em 1975 e as emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal à proposição retirada pelo Poder Executivo, em 1978.
Exposição de Motivos. Notas.

**2 Volumes
Preço:**

Cr\$ 2.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
(22º andar) — Brasília DF — 70160, ou mediante cheque visado pagável
em Brasília.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00